

# unidade

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL

21 DE ABRIL DE 1991

ANOS 11 - Nº 1



## O VALOR DO OFICIAL DE POLÍCIA MILITAR PARA A SOCIEDADE

Luiz Iponema - Cel PM Res



Qualquer comunidade deseja crescer, expandir-se, desenvolver e progredir. A base para o progresso é a PAZ, a TRANQUILIDADE, a DESPREOCUPAÇÃO.

Os cidadãos necessitam de liberdade para a garantia de sua felicidade, que é a felicidade da família, célula-mãe da sociedade.

Os integrantes da comunidade necessitam sentir que estão livres do perigo, que estão livres de danos, que nada devem temer.

**ESTA IDÉIA É A DE SEGURANÇA!**

Por “ORDEM PÚBLICA” entendemos: “o conjunto de leis, preceitos e regras que constituem a segurança da sociedade”.

A dimensão da ordem que deve reinar dentre o povo é outra definição de Ordem Pública.

Todo o cidadão brasileiro possui direitos e garantias individuais, previstos na Constituição Federal, com direito a ter sua propriedade, a contribuir sua família, a trabalhar, com segurança e a conseqüente tranqüilidade.

A manutenção da ordem, a manutenção da segurança e da tranqüilidade pública, com base na hierarquia e na disciplina militar, constituem-se na finalidade das polícias Militares, onde o Oficial de Polícia Militar é o ELEMENTO DE COMANDO; portanto, um componente de alto valor.

## O OFICIAL PM:

- colhe dados estatísticos;
- prevê;
- planeja;
- executa e faz executar;
- fiscaliza;
- comanda.

Para tanto, é formado em Curso Superior, especializa-se, aperfeiçoa-se e freqüenta os Cursos de pós-graduação Policial-Militar.

Todo o futuro do Oficial de Polícia Militar está:

- na sua formação;
- no seu interesse em progredir;
- no seu amor pela profissão;
- no desejar sempre se atualizar

A sociedade espera do Oficial PM:

- eficiência;
- dedicação;
- integridade;
- desprendimento;
- coragem;
- lealdade;
- espírito de justiça;
- cultura profissional.

É no Oficial PM que está depositada a fé pública, traduzida como a CONFIANÇA DO POVO. Significa que o povo deposita toda confiança no Oficial PM.

É para o Oficial PM que converge toda a responsabilidade do dever policial-militar, perante a sociedade.

A missão das Polícias Militares é proporcionar o bem comum, manter a paz, a harmonia, a ordem pública, garantindo a segurança individual dos cidadãos, dando margem ao progresso.

A sociedade entrega ao Oficial PM a responsabilidade desta missão.

O ambiente social evolui com o progresso das sociedades, acarretando a necessidade de permanente atualização da Técnica Policial, o que torna a função do Oficial PM cada vez mais complexa, exigindo a mesma especialização, requerida em todos os ramos da atividade humana.

Por tudo isto, o Oficial PM constitui-se em um profissional de elevado valor social, sendo essencial que tenha fé em sua missão e esteja profundamente convencido de que deve conseguir sempre bons resultados na missão a cumprir.

Esta missão visa os interesses mais respeitáveis do cidadão e por isto exige um alto índice de responsabilidade, de compreensão e de estima pelos bens individuais.

O Oficial de Polícia Militar por ser como é, deve inculcar, por sua presença, admiração, zelo e correção de atitudes em todos os cidadãos.

O Oficial PM deve se constituir num exemplo de atitudes construtivas.

## O POLICIAL

A característica de ser policial conduz o Oficial PM a uma série de atribuições específicas, como:

- é um responsável por determinada parcela da segurança pública;
- é um servidor público no mais amplo sentido da expressão;
- tem a seu cargo o desempenho de deveres e obrigações que são também os deveres e obrigações dos homens de maior responsabilidade na vida pública;
- é obrigado a prestar auxílio espontâneo, imediato e com delicadeza às pessoas que dele necessitarem;
- é um elemento selecionado pela Sociedade para cuidar desta mesma Sociedade;
- é um profissional da Segurança Pública, especializado em policiamento ostensivo;
- é um elemento que, pelas peculiaridades das nossas ações, poderá agir isoladamente, devendo usar a sua iniciativa nos momentos difíceis;
- sua missão exige atividade intelectual e física não comum nas demais classes sociais.

O oficial PM deve meditar muito sobre estas assertivas, para que possa se conscientizar da profundidade de sua missão. Deve reconhecer que encarna aspectos diversos em sua profissão de Policial-Militar.

## O MILITAR

A característica militar tem por base a formação pela hierarquia e pela disciplina, com obediência as leis e regulamentos militares.

O policiamento, por ser ostensivo, deve ser executado fardado e como tal exige formação militar.

O que caracteriza a formação militar do Oficial:

- são as virtudes tipicamente militares que ornaram seu caráter: sentimento do dever, amor à ordem, abnegação, coragem, bravura e decoreto militar;
- é a organização da corporação em unidades militares;
- são as manifestações da disciplina militar traduzidas pela pronta obediência às ordens dos Chefes, à rigorosa observância às prescrições regulamentares e à correção de atitudes;
- é a existência do prestígio ao princípio da autoridade, da coesão e da própria disciplina;
- é a dedicação inteira ao serviço da Pátria, traduzida em juramento público;
- é a condição tipicamente militar que impõe sujeições específicas e particulares;
- são as características próprias que se diferenciam de outros ramos de atividades;
- é a sua mentalidade que produz o sentimento do dever elevado até a abnegação;
- é a sistemática utilização de disciplina que traz como consequência o conhecimento completo dos deveres e a firme resolução de cumpri-los;
- é a sua ética profissional com peculiaridades específicas que estigmatizam sua personalidade;
- é a sua capacidade de enfrentar os obstáculos com denodo e firmeza;
- é a sua maneira de ser, por tudo e em tudo, diferente dos demais por ser o que é: UM OFICIAL DE POLÍCIA MILITAR.

## O CIDADÃO

O Oficial PM é uma pessoa como os demais integrantes da sociedade. Como tal tem todos os direitos humanos a seu favor, tem assegurados os direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

Como cidadão poderá constituir o seu lar, sendo assim um Chefe de família, responsável por sua esposa e filhos. Terá as obrigações decorrentes como: educação dos filhos, apoio à esposa, manutenção da harmonia conjugal, bom relacionamento na sociedade.

Como criatura humana, está sujeito a todos os perigos de qualquer outra criatura e está protegido pelas leis civis.

O povo brasileiro é considerado um dos mais inteligentes, trabalhadores e persistentes de todo o mundo.

Vencendo, ano após ano incalculáveis dificuldades - os brasileiros têm demonstrado aos outros povos, o seu alto poder de Adaptação as condições mais adversas que se possam imaginar.

País imenso, não de todo aproveitado, com áreas ainda desconhecidas por seus próprios filhos, o Brasil tem crescido nas artes, nas indústrias e na harmonia social, numa perfeita fraternidade cristã, onde não se estabeleceu diferenças de raça ou de origem.

É neste ambiente regional que o Oficial PM vive e desempenha sua função.

No Brasil todos os cidadãos se harmonizam na tolerância, na compreensão, no trabalho, no esforço pelo engrandecimento da Pátria comum.

Como cidadão, o Oficial PM se integra perfeitamente neste complexo, nele crescendo cõscio de que, assim, também cresce o Brasil.

#### CONCLUSÃO

- como Policial, está vinculado operacionalmente à Secretaria da Segurança Pública;
- como Militar, vincula-se aos ordenamentos da União;
- como cidadão, pela legislação civil (Leis, regulamentos e Códigos civis).

Pela complexidade de sua formação o Oficial PM recebe formação, instrução e treinamento especial, cuidadosamente elaborado por Oficiais capacitados e técnicos habilitados. A Brigada Militar deposita em seus Oficiais a certeza do dever cumprido em prol da Segurança Pública do nosso Rio Grande do Sul.

**TROPA PARA CONTROLE DE TUMULTO**  
**PREPARAÇÃO: 20 MINUTOS**

Francisco de Paula Fernandes Neto – 1 Ten PM

Onde e quando ocorrerá o próximo tumulto? Quantas pessoas estarão participando desse tumulto? Sendo você um tenente, poderá estar no comando de um pelotão nessa ocasião? Será que você está no comando do seu pelotão? Você já comandou um pelotão durante um tumulto, empregado em ações tipo polícia?

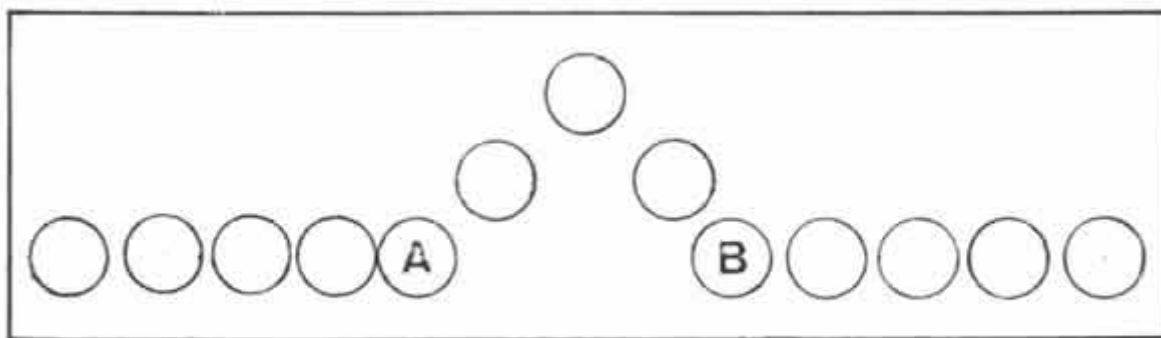
Na atividade de policiamento, por vezes, o oficial subalterno recebe missões extraordinárias face a eventos de igual natureza e que exigem, para a restauração da ordem, um emprego da tropa como força de dissuasão. Na Brigada Militar, a tropa com valor igual a um pelotão nunca será constituída por soldados recém-formados ou em formação, ou ainda, por praças retiradas do policiamento rotineiro que há muito tempo não tenham recebido instrução sobre formações para controle de tumultos... Somente para efeito de raciocínio lógico: o que fazer se nos víssemos no comando de uma tropa com estas características? Bem, se a missão for "Controle de tumulto, através do emprego de formações" o oficial subalterno necessitará, tão-somente, de 20 minutos para dar as instruções básicas e imprescindíveis ao cumprimento, com sucesso e eficiência, de sua missão. Senão, vejamos:

1. EMPREGO LIMITADO - Dispondo de pouco tempo para a instrução de sua tropa, logicamente, o tenente comandante do pelotão para o evento não terá a velocidade de querer obter um desempenho sofisticado de seu efetivo. Ao contrário, deverá iniciar este contingente humano para uma atuação que atinja o objetivo maior com um mínimo de exposição ao erro. Partindo desta premissa, analisemos a questão seguinte: deverão ser treinadas todas as formações para CT? Entendemos que não é absolutamente necessário. A tropa deve ser treinada apenas para a missão imediata, com o armamento e equipamento que dispuser para a ação e dentro das hipóteses que possam vir a concretizarem-se.

2. FORMAÇÕES BÁSICAS - Nada de apoio lateral ou suporte. Devem ser retiradas apenas as formações básicas, como a linha, o escalão e a cunha. Desta forma, objetivamente, o tenente estará instruindo o essencial, e o êxito da missão dependerá da adequada utilização destas formações.

3. REQUISITOS BÁSICOS AO SOLDADO: ATENÇÃO E IMITAÇÃO - O soldado deverá ser instruído no sentido de que sua atenção deverá ser dirigida, principalmente, aos seus camaradas que estão ao lado, e a ação de seu comandante de grupo.

Em relação a seus companheiros, o soldado deverá imitar as ações daqueles que estiverem mais ao centro da formação. Assim, se os Policiais Militares que estiverem ao centro do pelotão formado receberem comando alterando a formação do mesmo (digamos, de linha por cunha), os demais PM irão sucessivamente e por imitação adotando a formação definitiva para o pelotão.



**Figura 1**

A figura acima exemplifica a situação em que se encontrariam os Policiais Militares A e B, frente à alteração promovida pelos soldados do centro da formação (os únicos que receberam voz de comando para tal modificação...).

Este meio de comando, restrito apenas a alguns Policiais Militares, denominamos "Comando modular".

4. O COMANDO MODULAR - Na tentativa de comandar Pelotão de Choque em ações de Controle de Tumulto, alguns oficiais sentiram dificuldades em militar os meios de comando convencionais (voz, gestos, apitos, ordens).

O comando a voz revelou os seguintes inconveniências:

a) A multidão, gritando "slogans", dificulta a audição dos PM mais afastados do Cmt Pel;

b) Um oficial que Permanecer, continuamente, dando ordens à alta voz por, pelo menos, duas horas, virtualmente não terá condições de comandar tropa à voz nos dias subseqüentes (no mínimo, uma semana);

c) Dificuldade de se manter em condições, e em quantidade necessária, megafones portáteis que amplifiquem a voz de comando (os megafones utilizados nos tumultos de 1979/2.º semestre revelaram-se ineficientes: abrangem estreita faixa de propagação do som e não projetam perfeitamente as palavras pronunciadas por seu usuário);

d) Permitem que um elemento antagônico, razoavelmente próximo à formação e de inteligência mediana venha a gritar vozes de comando com entonação semelhante a do Cmt Pel, instaurando a confusão na execução por parte da tropa.

O comando por gestos apresentou as seguintes dificuldades:

a) Requer alto grau de entrosamento entre comandante e comandados;

b) Expõe os PM em função de comando (oficial a sargentos) à ação antagônica, pois que aqueles, ao realizarem seus gestos à frente da tropa, ficam desprotegidos;

c) Facilita a identificação de quem seja o comandante da tropa o que não é desejável;

d) Limita seu uso a situações em que a tropa não tenha, ainda, se engajado com a multidão.

O comando por sinais de apito:

a) Requer alto grau de entrosamento entre comandante e comandados;

b) A multidão, gritando, dificulta a audição dos PM mais afastados do Cmt Pel;

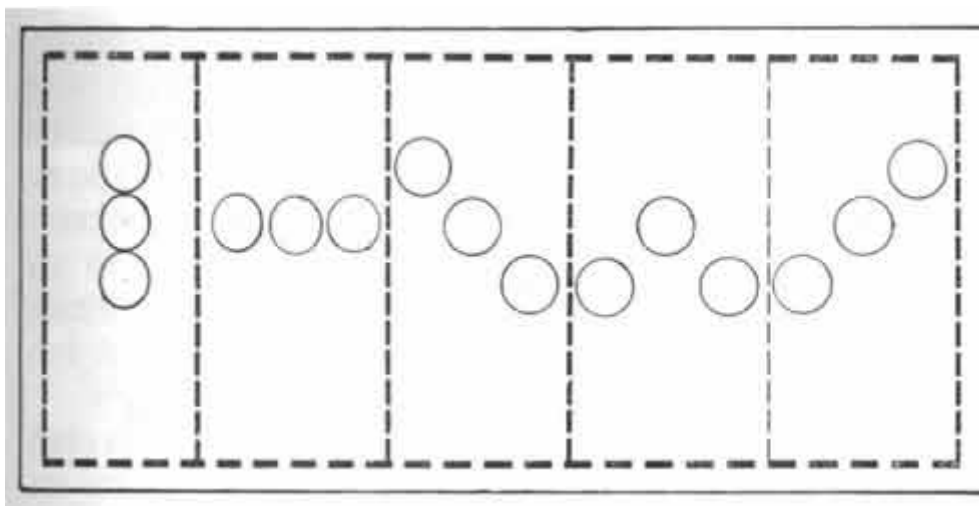
c) Permitem que elemento, antagônico venha a utilizar apito semelhante ao do Cmt Pel, promovendo confusão na execução por parte da tropa;

d) Seu uso, praticamente, não se verifica em ações de CT desenvolvidas pela Brigada Militar.

O comando por ordens não será sequer analisado porque não se tem notícias de sua utilização em CT, na Brigada Militar, a nível de pelotão.

O comando modular foi um meio de comando desenvolvido da seguinte forma:

Observou-se que três PM podem caracterizar qualquer formação básica para Controle de Tumultos, como se vê abaixo:



- o centro da formação é ponto equidistante às duas extremidades, logo, as modificações serão processadas mais rapidamente se forem, desencadeadas a partir do centro.

- apresenta as seguintes vantagens sobre os demais meios de comando:

a) Não desgasta as cordas vocais do Cmt Pel;

b) Permite sua execução com qualquer nível de ruído;

c) Dispensa o uso de equipamentos para a ampliação de voz;

d) Mantém em sigilo as ordens do Cmt Pel;

- e) Pode ser utilizado com qualquer tropa, com um mínimo de entrosamento;
- f) Não facilita a identificação dos PM em função de comando;
- g) É utilizável, inclusive, em situações, em que a tropa se encontra junto à multidão.

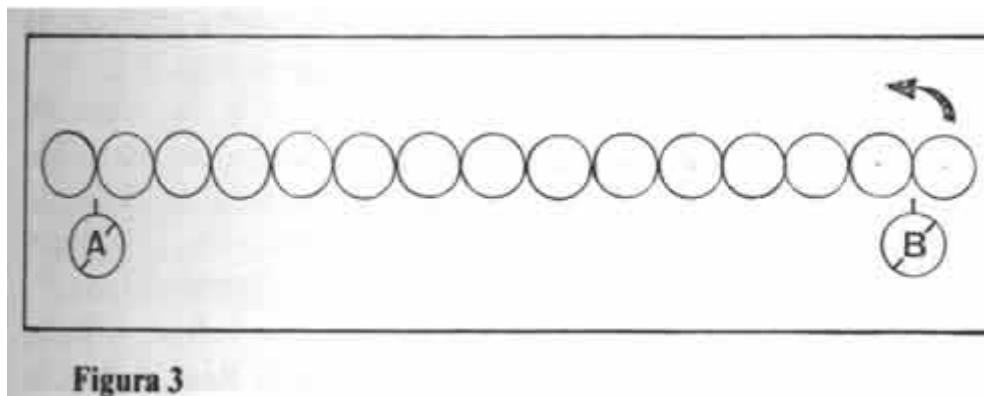
- sua execução pode obedecer à seguinte ordem: o Cmt-Pel comanda a formação a ser adotada para o pelotão, dirigindo a ordem, diretamente, aos três PM do centro do Pelotão. No caso do pelotão encontrar-se em coluna por três, a ordem deverá ser dirigida aos três primeiros PM do 1º GPM. Os demais PM, sucessivamente, assumem, as respectivas posições conforme o grau de adestramento em que se encontrem. Sobre este assunto, pretendemos aprofundar os estudos em futuras publicações.

#### O Comando e o ruído

Vários fatores adversos incidem sobre as ações de comando e execução: o ruído provocado pela multidão, a tensão do comandante ou do comandado, e situações de intensa agitação ou de clímax (capturas, agressões à tropa, choque entre a tropa e a multidão, etc.). Nestes momentos, principalmente, surge, problemas de toda natureza que podem desvirtuar e, até mesmo, impedir o curso, normal de uma ordem. Conseqüentemente, a execução será insegura, como insegura sentir-se-á a tropa. Nestes momentos de grande envolvimento emocional qualquer demonstração de incerteza pode abalar seriamente o moral da tropa e, de outro lado, incentivar as ações contra a ordem pública. Pior ainda, pode suscitar nos subordinados a impressão da falta de comando e então passarão a desencadear ações por iniciativa própria, quase sempre destituídas de equilíbrio emocional a discernimento técnico, tamanha a carga de reações instintivas de que são animados.

#### Os graduados

Aparentemente, através desta variante do meio de comando à voz, os graduados (Cmt GPM a Cb Aux) ficam relegados a uma situação de obsolência. Aparentemente, apenas. Em realidade, os graduados desenvolverão ações que tornarão eficaz este procedimento de comando. As ações que poderão desenvolver (e para as quais devem ser instruídos diretamente pelo Cmt Pel serão: acelerar o cumprimento das ordens para formações, no âmbito dos respectivos GPM; corrigir falhas resultantes da desatenção dos PM; promoverem as mudanças de direção (ver figure abaixo), uniformização da cadência, além do apoio moral que poderão dar àqueles PM mais inexperientes e/ou menos seguros do que fazem.



No exemplo acima, onde se pretende que o Pelotão marche em direção à esquerda, bastará que o Sgt A determine aos Sd PM da extremidade onde se encontram que diminuam a passada, e que o Sgt B determine aos que se encontram na outra extremidade que aumentem a passada e desloquem-se em direção à esquerda. Na situação colocada, o comando poderia ter sido transmitido por gestos e apenas aos graduados A e B.

#### Recomendações à tropa

Além do necessário sumário da situação que deverão enfrentar, torna-se imprescindível instruir toda a tropa sobre o que deverão atentar com maior intensidade.

A tropa deverá ser recomendado, principalmente:

- a) Atenção voltada aos PM do centro da formação;
- b) Como serão procedidas as mudanças de direção, de acordo com a formação que estiver o Pelotão;
- c) Como serão procedidos o "Alto" e o reinício de marcha.

#### CONCLUSÃO

Como vemos, a simplicidade deste procedimento constitui seu ponto alto. Nas ações desenvolvidas com frações no valor de Pelotão, esta preparação resultou eficaz. Naturalmente que para a tropa não foram expostos todos os pontos contidos neste artigo...

O que nos parece essencial é o fato de que, no terreno, embora sem ouvir a voz de comando, a tendência do Policial Militar é a de imitar a ação de seus companheiros. O risco que ele corre, entretanto, é o de proceder à imitação sem ter a real segurança do que está fazendo, e ainda, o de imitar uma "iniciativa" nem sempre feliz de qualquer de seus companheiros. Ora, se o PM for instruído de que ele deve imitar sim, mas determinados companheiros, a sua tendência natural estará sendo dirigida para um melhor rendimento do grupamento. E mais, se antes de ser empregado o nosso subordinado tiver o conhecimento DO QUE ele irá imitar (formações, alto, voltas, etc.) seu desempenho será mais correto e seguro, portanto, mais técnico.

Esta instrução quando ministrada a tropas convenientemente adestradas para ações de Controle de Tumultos (Pel P Chq Cursos de Formação, etc.) promove um acréscimo de qualidade no rendimento de seus integrantes, os quais passam a desempenhar suas atribuições com mais presteza e consciência. A estas tropas (convém salientar) este tipo de preparação deve ser dada como instrução suplementar, a não prioritária.

Verificou-se também que este comando modular (que nada mais é que a adaptação dos meios de comando existentes) apresenta maior eficiência quando executado com tropa de constituição ternária, porque se torna mais simples a rápida a tomada de posições nas formações. Obviamente que isto não invalida sua adoção à tropa de constituição quaternária; apenas haverá a necessidade de um maior repertório de convenções e, conseqüentemente, maiores explicações e mais tempo para a instrução preliminar.

Finalizando, segue-se uma sugestão do roteiro a ser seguido pelo Cmt Pel quando ministrar a instrução a sua tropa.

- a. Identificação dos Grupos PM;
- b. As formações realizadas por imitação;
- c. Designação dos "PM-base";
- d. Convenções a utilizar:
  - I) o alto;
  - II) os inícios de marcha
  - III) as voltas (instrução especial também aos graduados);
- e. Prática coletiva;
- f. Correção de erros - adaptações - novas convenções;
- g. Ambientação psicológica para o evento;
- h. Últimas instruções - motivação.

Tempo de duração: 20 minutos.

FRANCISCO DE PAULA FERNANDES NETO

1º Ten PM

## ORIGEM DOS CORPOS DE BOMBEIROS

Hamilton Magalhães Gloor Cap PM

O bombeiro é soldado eterno, que na paz e na guerra, noite e dia, está sempre a postos, na linha de fogo, em todos os países do mundo. Pelo seu desprendimento, heroísmo e bravura, na jornada rude do Progresso, ficou caracterizado por esse traço profundamente humano que identifica os precursores de um novo mundo que está por vir.

Sua origem, remonta à origem do emprego do fogo pelo homem, lá que o perigo de incêndio nasceu com o uso daquele.

Foi sob a forma de calor que o homem primitivo conheceu a energia que haveria de impulsionar a máquina maravilhosa do progresso até os nossos dias, ainda hoje, é o calor ou a energia dele decorrente, sob os mais variados aspectos, que movimentam as indústrias e dá conforto ao ser humano. Graças a sua inteligência, o homem aprendeu a dominar essa fera fantástica escravizando-a a sua vontade. Mas, às vezes o escravo se assanha contra o próprio amo, escapando-lhe aos limites estabelecidos e, uma vez liberto investe com todas as forças de sua natureza física, arrasando, avassaladoramente a sua passagem, logo um império. E disso Roma e Chicago deram testemunhas.

Como o primeiro homem foi tudo, provavelmente, o primeiro bombeiro. Pela observação da natureza aprendeu as manhas do fogo e sua aversão pela água, seu primeiro elemento extintor. Daí, os primeiros aparelhos inventados para extinguir incêndios, destinavam-se a jogar água sobre o fogo e o seu aperfeiçoamento consistia em melhorar, cada vez mais, o alcance do jato, a quantidade da água e a mobilidade. Assim sendo, o primeiro balde de água que era de couro, foi melhorado quando alguém se lembrou de fazer um engradado de madeira, transportado por todos os homens ou mais, a que possibilitasse a carregar vários baldes a um só tempo. Depois se inventou uma grande seringa, em bronze, com um êmbolo que impulsionava um fino jato de água de 3 a 5 metros. Mais tarde, passou a ser movido por uma alavanca, o que o tornou mais prático. Estava inventada a primeira bomba aspirante premente. Não tardou que se conjugassem vários êmbolos trabalhando alternadamente, para obter maior alcance e continuidade do jato.

Até o advento da máquina a vapor e, conseqüentemente a industrialização, pouco ou nada foi acrescentado ao primitivo material de extinção constituído de baldes e mangueiras de couro, escadas e machados.

As máquinas a vapor abriram as cortinas de um novo mundo, possibilitando o desenvolvimento da eletricidade e do motor a explosão.

Surgiram bombas centrífugas, movidas a vapor. Construíram-se as primeiras mangueiras de lona. Entretanto, ainda hoje, a água continua sendo o elemento extintor por excelência, sob a forma de jato, chuveiro ou neblina, resolvendo, praticamente, toda espécie de incêndio.

À medida que a civilização progredia e que os núcleos humanos iam se transformando em cidades populosas e o problema do incêndio começou a tomar importância, não tardaram em aparecer às primeiras organizações permanentes de combate ao fogo. Depois dos incêndios de Sodoma e Gomorra, os hebreus instituíram os "VIGILANTES NOTURNOS", que deveriam fazer rondas constantes e dar o alarme em caso de qualquer sinistro.

Foi, porém, na China que surgiram os primeiros combatentes do fogo. Sabe-se que somente 4.000 anos antes de Cristo, haviam os chineses criado uma Brigada de Fogo, isto é, uma Força Militar que tinha por fim, combater os incêndios constantes nas suas palhoças e casas de bambu.

No Egito, 2.000 anos A.C., também existiram organizações de combate ao fogo. A areia e a água eram os elementos utilizados na extinção.

Os gregos desde os primórdios de sua civilização possuíam seus Corpos de Bombeiros, sob a forma de rondas noturnas e vigilância ao fogo.

É da antiga Roma dos Césares, que nos chegaram documentos concretos das primeiras organizações públicas de combate ao fogo. E, como Roma foi o berço do direito, era natural que possuísse rigorosas legislações, no sentido de reprimir os incêndios.

Primeiramente, os romanos criaram os "TRIUNVIROS" grupos de três, depois os "DECENVIROS NOTURNOS", que mais tarde receberam o significativo nome de "CEDILES Incendiorum extinguendorum". Foi durante o reinado de Augusto que o Corpo de Bombeiros, até então, composto exclusivamente de escravos, assumiu uma fisionomia estável com a criação de uma Legião de Vigilantes. A legião de 2.000 homens, divididos em sete cortes, correspondente a cada uma das grandes divisões da cidade de Roma. Cada corte estava sob as ordens de um "Praefectos Vigilum". Além disso, muitas casas, edifícios públicos estavam munidos de sinos de alarmes.

Foi, porém, na Idade Média que as forças públicas de combate ao fogo mais se desenvolviam. Em 803, Carlos Magno, encarregou por lei, em cada cidade, certo número de habitantes, obrigando-os sob penas severas do cuidado do mesmo durante a noite. "Eram Forças de Vigilância" ou Vigilantes, do tipo do Romano no governo de Augusto.

Em 1189 a Inglaterra legislou, pela primeira vez, sobre construções de pedra, proibindo as de madeiras ou outro qualquer material inflamável facilmente. E, na mesma ocasião, organizava tropas regulares, mas particular, para combate ao fogo. Esta organização foi melhorada sob todos os aspectos em 1212.

Na França, em 1254, Luiz IX autorizou a formação de patrulhas noturnas com a medida de proteção comum, eram "patrulhas burguesas", "patrulhas especializadas", foram entregues par Felipe, o Belo, controle da patrulha Real, e do Comandante do Castelo Real. Mais tarde, em 1524, Francisco I regularizou as obrigações dos "quartenies" ou seja, dos magistrados, dos encarregados dos quarteirões, dos serviços de incêndios, passaram daí por diante, as ordens de lugar-tenente civil do prefeito de Paris.

Em 1860, em Londres, foi fundada a primeira companhia de seguros contra o fogo, a "PHOENIX", que passou também, a fiscalização das patrulhas de vigilância de incêndio.

Em 1699, um grande industrial francês, iniciou forte campanha, em favor da formação de moderna força para o combate ao fogo, conseguindo afinal, em 1716, a criação oficial do primeiro grupo particular de homens destinados à luta contra o fogo, devidamente instruídos e aparelhados. E o próprio "Demourier-Duperier", instalou em sua grande oficina, eficiente material e gente especialmente preparada no combate ao fogo. Vitoriosa a idéia, com apoio integral do governo francês formaram-se, logo depois outras companhias particulares oficiais.

Em 1825, reconheceu o governo de sua Majestade Britânica, a necessidade de ampliar e amparar as organizações contra incêndios. Resolveu, unificar as diversas companhias particulares e, em 1865, o Parlamento oficializou, por lei, a grande "BRIGADA METROPOLITANA CONTRA O FOGO", que é ainda hoje, o corpo de bombeiros da Inglaterra.

Na Itália, na Alemanha, na França, Espanha, Portugal, Estados Unidos e nos demais países do mundo, foi à luta para definitiva formação oficial das forças de combate ao fogo. Contudo ainda existem muitas localidades em que o Corpo de Bombeiros nada mais é do que uma sociedade particular, sustentada pelo interesse e boa vontade do povo. E, de muitas dessas forças o governo nem sequer tem conhecimento oficial.

Em 1856, a 2 de julho, pelo Decreto 1775, surgiu no Rio de Janeiro o Corpo de Bombeiros da Corte, reunindo as entidades precárias dos Arsenais de Guerra, da Marinha, do Ministério de Obras de Viação e da Cadeia, esta, a mais antiga entidade, no governo do Brasil.

## HISTÓRICO SOBRE A CRIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS - RS

As notícias de criação do Corpo de Bombeiros remontam do século passado.

Os sinistros daquela época, já preocupavam a comunidade porto-alegrense, principalmente as companhias seguradoras, que eram as mais prejudicadas nos casos de incêndio, pois a maioria dos estabelecimentos comerciais e residenciais, estavam segurados contra sinistros dessa natureza.

Tais empresas seguradoras da época viam seus lucros serem consumidos em função dos incêndios.

Em conseqüência disso, em abril de 1894, surgiu um movimento entre as seguradoras, visando encontrar uma solução para o problema.

A união dessas companhias, mais ou menos um ano depois, possibilitou a criação de um Corpo de Bombeiros. Seria mais difícil para essas companhias, arcarem com a responsabilidade de todos os seguros realizados contra incêndio.

Conforme Ata existente no CCB (Comando do Corpo de Bombeiros) esta corporação foi criada a 1º de março de 1895, já com características militares, porém, sem qualquer vinculação com a Brigada Militar, como ocorre nos dias atuais.

O Corpo de Bombeiros no início era mantido pelas companhias .seguradoras e pelo município. que detinha o poder sobre a organização.

A exemplo de Porto Alegre, outros municípios do interior do Estado, também o fizeram, procurando prevenir-se contra incêndios, que tantos prejuízos causavam ao comércio e aos cofres públicos. Os corpos de bombeiros daquela época eram bastante modestos, porém aos poucos, devido às necessidades e a riqueza de alguns municípios, foram crescendo. Por outro lado havia municípios que não possuíam carro-bomba ou mesmo um grupamento regular para o combate ao fogo. Com o progressivo aumento dos municípios, a crescente necessidade de uma melhor organização passou a ser uma realidade para as autoridades, que constataram a falta de organização no antigo Corpo de Bombeiros e conseqüentemente, uma deficiente prestação de serviços.

Em 1935, foi procurada uma nova solução, quando a responsabilidade de manter o Corpo de Bombeiros de Porto Alegre deixou de pertencer à municipalidade. Através do Decreto n.º 5485, de 27 de junho de 1935, por ocasião das comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha, o CBPA foi incorporado à Brigada Militar.



A íntegra do Decreto Estadual que transferiu para a Brigada Militar, a responsabilidade sobre os Bombeiros, é a seguinte:

"Como primeiro passo efetivo no sentido de conquistar novas posições na prestação de serviços à coletividade gaúcha assume a Brigada Militar a responsabilidade de prevenção e combate ao fogo na capital gaúcha."

Estava, desta maneira, definitivamente incorporado a Brigada Militar o Corpo de Bombeiros. Mais um motivo de orgulho para a centenária BM, que tomou a si a prestação de outros serviços à comunidade gaúcha.

## A BRIGADA MILITAR NO CENTRO E NORDESTE DO PAÍS

Hélio Moro Mariande -Cel PM Res

O ano de 1924 continuou a série de acontecimentos revolucionários no país, iniciados em 1922.

O Rio Grande do Sul voltava a usufruir de um pequeno tempo de paz, após a assinatura do "Pacto de Pedras Altas", em 15 de dezembro de 1923, que pôs fim à chamada Revolução Assisista.

No dia 5 de julho de 1924, Isidoro Dias Lopes deflagra o 2.º cinco de julho com o advento de um movimento revolucionário, com zona principal de ação nos Estados de São Paulo a Mato Grosso.

O Rio Grande do Sul enviou para o teatro de operações um GBC - Grupo de Batalhões de Caçadores, sob o comando do Cel do Exército Nacional Emílio Lúcio Esteves, que fazia parte da Missão Instrutora da Brigada Militar. Esse GBC teve brilhante atuação, cumprindo rigorosa e eficazmente sua missão, saudada entusiasticamente por todas as autoridades do país.

Em nosso Estado, na região das Missões, ainda em 1924, rebelam-se unidades federais, sob a chefia do então capitão Luiz Carlos Prestes, que organizou uma coluna que, com o passar dos tempos, tornou-se famosa, não só por seu extraordinário reide pelo Brasil afora, pois que se constituiu numa das maiores maratonas da história, como, também, pelos chefes que mantinha em suas fileiras, nomes que desempenharam papel importantíssimo nos destinos da pátria, alguns até os dias atuais.

No Rio Grande do Sul, de notável, além de ter sido o berço do movimento da Coluna Prestes, os combates de Guassú-Boi, Tupanciretã, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Ramada.

Após a refrega de Ramada, os rebeldes, derrotados, dirigiram-se para o Estado de Santa Catarina, internando-se no território conhecido por Contestado. Daí iniciou o seu extraordinário reide de quase trinta mil quilômetros, talvez um dos maiores nas crônicas militares de todos os tempos.

Quando se encontravam nos Estado de Mato Grosso e Goiás foi solicitada à presença da Brigada Militar Gaúcha. Foi enviado ao campo de luta um Destacamento brigadiano, constituído do 2.º Batalhão de Infantaria, de um Pelotão do Grupo de Metralhadoras e do 3.º Corpo Auxiliar, sob o comando do major do Exército Nacional Emílio Lúcio Esteves, comissionado no posto de coronel.

Estas forças não combateram, limitando-se somente a perseguições, desde a fronteira de Mato Grosso ao interior de Goiás, com o adversário sempre a uma respeitável distância, que chegou a atingir 608 quilômetros, sempre fugindo a encontros que pudessem ser decisivos, consoante tática previamente estabelecida.

#### Ajuda

Continuando sua maratona através do país, a Coluna Prestes vê-se obrigada a internar-se no Paraguai. Retornando ao Brasil, dirige-se para o nordeste.

O Governo Federal mais uma vez solicita a ajuda do Rio Grande do Sul. Foi organizado um Destacamento constituído pelo 3.º Batalhão de Infantaria, de um Pelotão do 1.º Regimento de Cavalaria e do 21.º Corpo Auxiliar de D. Pedro. Foi seu comandante o tenente-coronel Artur Otaviano Travassos Alves, do Exército Nacional a que fazia parte da Missão Instrutora da Brigada Militar.

Esse destacamento saiu de Porto Alegre em fins de 25 de dezembro.

Desembarcados em São Luiz do Maranhão, seus integrantes percorreram grandes distâncias nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco a Bahia, sempre em perseguição à Coluna que, como já referimos, usava da tática de não oferecer combates que pudessem ser decisivos, pois o que tinham em mira era intranquilizar o governo e criar um ambiente de disseminação dos seus ideais revolucionários.

Apenas o Corpo Auxiliar combateu contra os rebeldes e, como fato pitoresco, chegou a travar um ligeiro tiroteio com o bando do famigerado bandoleiro Antônio Virgolino, o Lampião.

As demais unidades não entraram em ação, sendo, entretanto, submetidas a sacrifícios ingentes, deslocando-se, em perseguição aos fugitivos rebeldes, ora em via-férrea, ora a cavalo, ora, ainda, a pé, em regiões cujo clima, alimentação e costumes, eram completamente diferentes do seu dia-a-dia no sul do país, sentindo-se às voltas com o impaludismo, então endêmico naquelas regiões.

Vitimado por febre palustre, faleceu o comandante do destacamento, tenente-coronel Artur Otaviano Travassos Alves, que foi substituído no comando pelo coronel Manoel Gonçalves Cardoso.

Durante a estada do Destacamento no nordeste ocorreram grandes enchentes, encontrando-se os rios trasbordantes, dificultando a passagem das tropas, dada a ausência de pontes. Na travessia do rio Canindé, em Piauí, pereceram afogados o tenente Silvio de Abreu Paiva, 1º sargento Paulo Vieira da Costa, cabo Epaminondas de Souza Guterres e soldados Juvenal José Martins e Dioniso Chaves, todos da Brigada Militar e mais o soldado Fernando Carneiro de Carvalho do 1.º Batalhão de Engenharia do Exército Nacional.

Estas expedições militares extraterrítório sul-rio-grandense representam, relevantes serviços prestados à República pela briosa milícia gaúcha, num conturbado período da vida nacional.

Presente a quase todos os grandes eventos nacionais, em horas decisivas com relação ao futuro das instituições pátrias, a Brigada Militar sempre pôde retornar aos seus quartéis podendo proferir, alto a bom som, missão cumprida!

Estes episódios, somados à participação do Corpo Policial, embrião da Brigada Militar, na Guerra do Paraguai, como 9º e 39º Voluntários da Pátria, conferem à milícia gaúcha um galardão que honra as Polícias Militares do Brasil.



POLICIAMENTO OSTENSIVO  
IMPLANTAÇÃO DO SIO NO 14° BPM

Luiz Carlos da Silveira - Maj PM

Em prosseguimento a tarefa proposta de divulgar aspectos da implantação do SIO na Brigada Militar, focalizaremos aqui a implantação do Sistema no 14.º BPM e primeiros resultados, abordando nesse trabalho alguns aspectos que influíram positiva ou negativamente, na sua implantação.

Inicialmente, é interessante traçar-se aqui o perfil da Área de Ação do 14.º BPM. Este Batalhão tem sob sua jurisdição uma Área de Ação constituída por 28 municípios na região noroeste do Estado, totalizando 16.904 km e com uma população de 510.290 habitantes.

Constituída em três subunidades possui uma Cia (1ª Cia) na sede, uma Cia (2ª Cia) em Santa Rosa e uma Cia (3ª Cia) em Ijuí, cada uma delas com 10, 13 e 5 municípios, respectivamente de subárea.

A Área de Ação do Btl está assentada sobre a chamada "sub-região de cima da terra", constituída por um planalto desigual lodo ondulado de morros chatos e cortados por abundantes cursos de água.

E a zona chamada dos campos rio-grandenses, onde cita-se os campos de Santo Ângelo. Esses ostentam características diversas e encerram pastagens inferiores às da Campanha - apresentando-se invadidas por vegetações arbustíveis e uma atividade bem dividida entre a lavoura e o pastoreio.

A etnia da população assentada na Área de Ação do 14.º BPM é constituída em grande parte por descendentes dos integrantes alemães, italianos e poloneses, os quais se estabeleceram na região de Santa Rosa, Ijuí, Cerro Largo, Giruá e municípios vizinhos.

Dos 28 municípios, 8 estão situados na fronteira com a Argentina, constituindo-se em municípios considerados Área de Segurança Nacional, cujos Prefeitos são nomeados pelo Presidente da Republica, e totalizando 288 km de linha de fronteira.

Na Área de Ação existem 5 (cinco) Presídios Municipais com 253,38 m<sup>2</sup> de área, 2312 m<sup>2</sup> área construída a capacidade de alojamento para 204 apenados (222 recolhidos).

Existem apenas campos de pouso sem pista pavimentada, a uma distância média da cidade em torno de 6,5 km.

Existem 7 jornais cujas edições em média são bissemanais e tiragem total de 13.100 exemplares, e 13 estações de Rádio de médio alcance.

O Sistema Viário está baseado em sua totalidade nas rodovias cuja situação é a seguinte: de 924 km de rodovias que cruzam a Área de Ação interligando as diversas cidades e municípios, 22%a são constituídas por uma Estrada Federal (bom asfalto), 21 % são constituídas por estradas estaduais (asfalto já precário) e 57% são constituídos por estradas não revestidas, isto é, de "chão batido", o que em épocas de chuva tornam-se intransitáveis.

Traçado o perfil da Área de Ação, passamos a examinar alguns fatores que influíram negativamente durante a implantação, porém, sem impedir a realização dos objetivos propostos.

Como primeiro fator de dificuldades havido, pode-se citar a distância existente entre as sedes de GPM destacados e Pel, entre os Pel Dest e Cias, e entre as Cia e o SPCD/CPA/3 em Passo Fundo.

De acordo com o Sistema, trabalho executado e registrado no GPM deveria ser recolhido aos Pel respectivos, e destes diretamente ao SPCD em Passo Fundo. Ora, com isso acarretaria o deslocamento de 9 elementos, diretamente dos Pel até o SPCD em Passo Fundo, foi adotada a norma de todo o trabalho ser recolhidos aos Pel e dos Pel (todo o trabalho ser recolhido) à Cia respectiva, e dessa ao SPCD, a cada dez dias, por uma Cia cada vez, recolhendo as demais Cias, movimentando assim da OPM ao SPCD, em Passo Fundo, apenas um elemento, por tratar-se do maior trecho de deslocamento.

Para se ter uma idéia de quilometragem percorrida, através de ônibus, eram movimentadas a cada dez dias, das sedes do GPM Dest aos Pel respectivos 19 elementos, percorrendo 816 km; das sedes de Pel Dest as Cias 6 elementos, percorrendo 226 km; e das sedes das Cias ao SPCD 1 elemento percorrendo 408 km; como se vê, a cada dez dias, 26 elementos percorriam 1.280 km, do modo a conduzir todo o trabalho, realizado pela OPM até o SPCD (em Passo Fundo). É sabido também que a manipulação de formulários destinados a um CPD, freqüentemente gera muitas falhas de preenchimento, pela complexidade e inovação e, por conseguinte, invalidando dados ao serem computados.

Outro fator que agiu contrariamente foi à falta de formulários utilizados no SIO, devido a várias causas entre outras, ao alto custo do papel nos dias do hoje, previsão irreal das necessidades de formulários, atrasos na entrega dos formulários as OPM, etc.



Mas, apesar de todos esses óbices, o sistema foi implantado (no interior a partir de Fev. 1982) e, em abril já as OPM estavam recebendo os Relatórios, o que, por si só, basta para mostrar a viabilidade da sua implantação, pois foram superados todos os aspectos negativos.

POL OST: Primeiros resultados da implantação do SIO no 14º BPM

QUADRO N.º 1 - Ocorrências atendidas

### POL OST: Primeiros resultados da implantação do SIO no 14º BPM

QUADRO N.º 1 — Ocorrências atendidas

	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET*	OUT	MD
EVENTOS	659	505	738	888	754	1139	1870	468	1379	933
Sv PRESTADOS	465	743	1706	2693	2965	2748	7898	3054	7988	3362
PROVIDÊNCIAS	973	958	1934	2888	2951	3075	7147	2414	6545	3209
SOMA	2097	2206	4378	6469	6670	6962	16915	5936	15920	7506

Fonte: Rel SIO

\*Prejudicado por erro de computação.

Fonte: Rel. SIO

\*Prejudicado por erro de computação.

A partir dos primeiros Relatórios recebidos (ref. a Fev. 82) elaborei o Quadro 1, mantendo um acompanhamento mês a mês, conforme pode-se verificar, os dados apresentam um desempenho ainda inconstante a variável; porém, já pode-se verificar que:

- 1) os Eventos apresentaram um crescimento médio mensal na ordem de 5%;
- 2) os Serviços Prestados apresentaram um crescimento médio mensal na ordem de 50%;
- 3) as Providências apresentaram um crescimento médio mensal na ordem de 35%.

Relacionando-se ainda os dados do Quadro 1 (o n.º de Eventos, Sv Prestados e Providências) com o número de horas disponíveis em cada mês, chegamos ao Quadro n.º 2:

QUADRO N.º 2 - % de Ocorrências atendidas p/hora

QUADRO N.º 2 — % de Ocorrências atendidas p/hora

	FEV*	MAR*	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET*	OUT	MD
EVENTOS	—	—	1,0	1,2	1,0	1,5	2,5	—	1,9	1,00
Sv PRESTADOS	—	1	2,4	3,6	4,1	3,7	10,6	4,2	10,7	4,5
PROVIDÊNCIAS	1,4	1,63	2,7	3,9	4,1	4,1	9,6	3,3	8,8	4,0
SOMA	3,0	3,0	6,0	8,7	9,3	9,4	22,7	8,2	21,4	—

Fonte: Rel SIO

\*Prejudicado por erro de computação.

Fonte: Rel. SIO

\*Prejudicado por erro de computação.

Donde pode-se constatar que, de Fevereiro a Outubro de 1982, foram atendidos em média, por hora, um Evento, 4,5 Serv. Prestados e adotadas 4,3 Providências, em toda a Área de Ação.

Tomando-se agora as 5 ocorrências mais incidentes em cada tipo delas, podemos construir os 4 quadros abaixo:

5 Serviços Prestados de maior incidência — 1982										
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET*	OUT	SOMA
CONTROLE TRÂNSITO	14	200	360	599	693	751	2514	1401	2530	9362
ESCOLTA DILIGÊNCIAS	19	15	37	41	67	63	98	17	49	406
Gda Est PENAS	106	68	104	103	105	174	260	60	99	1079
Pol Est ENSINO	—	333	958	1537	1741	1311	4273	1538	4357	16048
Pol Loc PUBLICOS	72	15	37	89	89	81	158	57	119	717
SOMA	211	631	1496	2669	2695	2380	7303	3073	7154	27612

5 Providências de maior incidência — 1982										
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET*	OUT	SOMA
ADVERTÊNCIAS	97	72	126	215	219	433	713	128	371	2374
COMPOSIÇÃO PARTES	106	98	140	137	87	214	390	72	266	1510
DESARMAMENTO	124	78	94	175	162	252	213	31	140	1269
NOTIFICAÇÃO	233	182	300	374	282	197	511	90	223	2392
Pol LOCAL	259	417	1065	1801	2056	1734	5024	1648	4016	18020
SOMA	819	847	1725	2702	2806	2830	6851	1969	5016	25565

% do nº de ocorrências registradas em 18 Sinais										
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET*	OUT	
EVENTOS	83	88	88	93	93	88	85	77	69	
Sv Prest	45	85	88	99	91	87	93	—	90	
Providências	84	88	89	94	95	92	96	82	77	
MÉDIA	75	87	88	96	93	89	93	91	83	

Fonte: Rel SIO  
\*Prejudicado por erro de computação

5 Eventos de maior incidência – 1982

5 Serviços Prestados de maior incidência – 1982

5 Providências de maior incidência – 1982

% do nº de ocorrências registradas em 18 Sinais

Figura

Fonte: Rel. SIO

\*Prejudicado por erro de computação.

O que nos dizem esses números?

É incrível a abundância de informações que se tira, somente tomando-se essas 15 ocorrências.

Mas, podemos verificar os seguintes:

- 1) os eventos mais críticos na Área Ação foram Infração de Trânsito, Embriaguez/Desordem e Porte Ilegal de Armas, seguindo-se Infrações Diversa, e Acidentes de Veículos (09, 10. 22):
- 2) os Serviços Prestados mais realizados em toda a Área de Ação foram Pol Est Ensino e Controle de Trânsito seguindo-se em menor número Gda de Est Penais, Pol Loc Públicas e Escoltas e Diligências;
- 3) se considerarmos que a Área Ação possui 5 Presídios, ao mês deveríamos ter anotado - 150 ocorrências do tipo Gda Est Penal, a mais 150 por ocasião de Fiscalização (a ser feito pelo Cmt do Dest.), o que totalizaria no mínimo 300 Ocorrências;
- 4) as Providências mais realizadas em toda a Área de Ação foram Pol Local, Not, Advertência, seguindo-se em menor número, Composição e Orientação de Partes e Desarmamento;
- 5) em apenas 18 ocorrências estão condensados em média, de 75 a 93% do total de ocorrências registradas no período;
- 6) esse dado, supõe ser de bom alvitre, reexaminar a Tabela de Sinais, que atualmente conta com 72 sinais;
- 7) o índice de Embriaguez/Desordem comparado com a população existente na Área Ação acusa o valor de 0,03%.

# ARQUIVO

## A BM JÁ TEVE SUA

### AVIAÇÃO MILITAR



Cel Hélio Moro Mariante

Muito embora com efêmera duração, a Brigada Militar, no acervo do seu patrimônio, contou com um Serviço de Aviação.

O espírito do culto e progressista coronel Afonso Emílio Massot, quando a aviação ainda se encontrava buscando dar os primeiros passos desejava que a milícia sul-rio-grandense, menina dos seus olhos, tivesse seus próprios pilotos. Assim, no dia 6 de agosto de 1915, enviou ao Governo do Estado uma proposição no sentido de que se instalasse na Brigada Militar uma Escola de Aviação

Para tal, valeu-se de uma proposta do aviador John Barrow, contendo todo o currículo escolar. Além dessa proposta, anexou a mesma um projeto executado pelo engenheiro-aviador Evaldo Pedro Blauth, no qual, além da parte teórica do curso, continha os gastos com tal empreendimento. A despesa inicial seria de vinte e um contos de réis (Cr\$ 21.000,00), com a aquisição do material necessário e mais um dispêndio anual calculado em trinta e dois contos de réis (Cr\$ 32.000,00) para garantir a manutenção.

O engenheiro Blauth possuía "brevet" obtido na Alemanha, no campo de aviação de Johannesthal, em 1914, dentro das condições exigidas pela "Federation Aéronautique Internationale" e registrado nos anais do "DeutscherLuftfahrerverband".

Não obteve êxito a proposta do Cel Massot. pois o governo do Estado disse ser o cometimento da alçada do Governo Federal.

Entretanto, nove anos depois, precisamente no dia 31 de maio de 1923, o sonho do Cel. Massot pôde tornar-se realidade.

Encontrando-se o Rio Grande do Sul convulsionado por uma revolução, seu governo, face à nova proposta do Cel Massot, resolveu criar um SERVIÇO DE AVIAÇÃO na Brigada Militar, com a missão de observação.

Por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas foram adquiridos na Argentina dois aviões velhos, tipo "Breguet" 19, biplanos e biplaces, com radiador a motor "Renault" de 300 HP.

O campo de aviação, localizado nos terrenos do Posto de Veterinária da Força, na Várzea do Gravataí, onde hoje se encontram as instalações da Fundação Rubem Berta (VARIG), contava, além da pista, com dois "hangares", um fixo e outro desmontável, alojamento, escritório, oficinas e corpo-da-guarda. Esta foi confiada ao Esquadrão Provisório de Porto Alegre sob o comando do Cap. José Rodrigues Sobral.

O Dr. Silvio Barbosa foi nomeado Diretor-Técnico. Como aviador o alferes Noêmio Ferraz. Para observador foi designado o alferes Osório de Oliveira Antunes.

O primeiro vôo desses aviões nos céus de Porto Alegre foi efetivado no dia 30 de maio de 1923.

Encontram-se registros de missões nos céus de Caxias do Sul, Alfredo Chaves (hoje Veranópolis, Bento Gonçalves, Pelotas, Camaquã, Caçapava do Sul, São Sepé, Cachoeira do Sul e Encruzilhada do Sul.

O primeiro vôo de reconhecimento foi realizado no município de Camaquã. Já na viagem feita a Pelotas os tripulantes foram obrigados a uma aterrissagem forçada, devido à "pane" em um dos motores.

Sinal dos tempos, face à situação política, no dia 23 de junho houve uma tentativa de sabotagem.

Na tarde do dia 22 um cidadão, dizendo-se enviado pelos aviadores fez entrega à sentinela de uma lata semelhante a um galão de óleo lubrificante. Disse que era para ser colocada junto aos aviões, pois os aviadores, no dia seguinte, deveriam lubrificá-lo.

O sentinela, julgando um caso normal, recebeu o volume, colocando-o na guarita, para depois entregá-lo a quem de direito.

Os encarregados da guarda, desconfiando do acontecido, transferiram a lata para um galpão distanciado cerca de 15 metros do local onde se encontravam os aviões.

A meia hora da madrugada de 24 ouviu-se uma violenta explosão.

A lata de lubrificante era um engenho destinado a destruir os aviões da Brigada Militar.

Mas não parou aí a atividade dos revolucionários. Frequentemente, nas proximidades do campo de aviação, então um local semideserto, eram dados "tiros de inquietação", provocando alarmes, correrias e as conseqüentes medidas de defesa de parte dos governantes.

No dia 9 de agosto foi realizado um reconhecimento na região de São Sepé e Caçapava do Sul. Os aviões conduziam sete granadas de efeito moral, tendo sido lançadas três sobre a cavalcada, junto a um acampamento revolucionário, com a finalidade de provocar um "estouro" da mesma.

No regresso desta missão, já nos céus de Caçapava do Sul, o avião nº 1 sofreu uma "pane", incendiando-se no ar, caindo do solo.

Em meio às chamas, crescidas da explosão das restantes quatro granadas, o piloto, já com os membros e rosto parcialmente queimados, demonstrando muita perícia, conseguiu aterrissar, sendo lançado à distância ao tocar no solo, salvando-se milagrosamente.

O mesmo não aconteceu com seu acompanhante, o alferes Osório, que pereceu queimado por entre os destroços em chamas.

O alferes Ferraz, ferido, ensangüentado e com os dentes quebrados ainda procura salvar seu companheiro, mas já nada mais havia a fazer. Encontrava-se carbonizado o corpo do seu inditoso auxiliar.

Transportado para Porto Alegre o alferes Ferraz foi hospitalizado no Hospital da Brigada Militar. O alferes Osório foi sepultado no cemitério de uma fazenda nas proximidades do local do acidente.

O avião n.º 2 também começou a apresentar defeitos, sendo impossível saná-los sem o dispêndio de grandes quantias, que o governo não dispunha na oportunidade.

Foi então o Serviço de Aviação suspenso, oficialmente, no dia 2 de janeiro de 1924.

O governo do Estado assinou um contrato com Sr. Oreste Dionísio Borroni para a instalação de um Parque de Aviação no campo do Posto de Veterinária, podendo o mesmo cidadão utilizar-se do avião nº 2, bem como das instalações existentes. Entretanto, o Sr. Borroni deixou prescrever o contrato, que foi rescindido.

Terminou, assim, trágica e melancolicamente, o velho sonho do Cel Afonso Emílio Massot.

## O EMPREGO DO REVÓLVER POLICIAL

Carlos Alberto Carvalho Ribeiro – Maj PM  
Vanderlei Martins Pinheiro – Cap PM

Trabalho elaborado em fevereiro de 1981 para responder a assertiva de um oficial intermediário, de que a duplicação da carga de munição ao pessoal do patrulhamento, propiciaria aos patrulheiros inferirem uma idéia da transformação de "defensivo em ofensivo" o emprego do revólver.



Para que se possa melhor compreender o emprego desta arma, necessário se faz conceituá-la em sua existência doutrinária na organização.

O revólver da polícia quando portado por policial é uma arma policial e como tal deve ser considerado um instrumento defensivo e ou ofensivo, de seus agentes. Isto posto, ele pode ser um instrumento ofensivo, defensivo, defensivo-ofensivo e ofensivo-defensivo, sendo que cada situação se autodefinirá na doutrina da organização. É praxe as organizações exporem apenas o aspecto defensivo, com receio que a própria admissão do outro aspecto possa incrementá-lo.

O revólver é defensivo à integridade física do policial, ou nas ações de defesa de terceiros que se encontrem constrangidos por meio violento ou na

sua iminência. Mas essa segunda forma defensiva, pode ser em fatos no emprego do instrumento em si, uma maneira ofensiva, além daquelas que devem ser encaradas normalmente na atividade do patrulhamento e as quais, para mascarar o caráter ofensivo, denominamos de defesa da sociedade, como nos assaltos a estabelecimentos bancários ou guarda de valores e outros casos.

Difícil se torna estabelecer o momento em que a conduta do policial que porta revólver se transforma de defensiva em ofensiva, no entanto, as ações de conduta podem ser avaliadas em seu início como se ofensivas ou defensivas. A preocupação da Administração Policial deve ser no sentido de que seus patrulheiros só iniciem uma ação ofensiva com o revólver quando esta seja legítima no aspecto das normas internas da organização, as quais definirão se as ações de seu policiais devem se iniciar por uma ou outra forma.

As normas internas, elaboradas em forma de manual ou regulamento, procuram estabelecer os padrões de conduta às diversas situações de emprego do revólver, caracterizando assim a partir dos aspectos legais que regem a comunidade e do conceito ao que pode ser considerado ofensivo ou defensivo no emprego desse instrumento, bem como, quando o policial ou patrulheiro tentou iniciado uma conduta defensiva deva ou possa passar para uma ofensiva e vice-versa.

Além do estabelecimento de uma doutrina de emprego do revólver em termos teóricos, devemos nos ater aos mesmos enfoques num sentido prático, onde distinguiremos três fatores distintos e interdependentes: a situação, a instrução e o estado psicológico.

A situação é o fator cuja existência e acontecimento está fora da volição do patrulheiro ou da administração policial, e se apresenta de forma específica, particular e individual, que muito dificulta as generalizações e conseqüentemente a dinâmica de controle da organização em sua aplicação para estudos junto aos outros dois fatores. A situação é o fator determinante da ação de conduta do policial no emprego defensivo e ou ofensivo do revólver.

A instrução é o fator cuja existência no emprego do revólver tem equilíbrio de interesse entre o patrulheiro e a organização e, por isto mesmo, fica bastante facilitado de qualquer trabalho ou iniciativa. Apesar dessa favorabilidade, um maior aproveitamento estará vinculado ao estabelecimento de normas internas que definam as diversas condutas defensivas ou ofensivas. A instrução é o fator preparador da ação de conduta do policial no emprego do revólver.

O estado psicológico é o fator complexo, e que, apesar das necessárias medidas de apoio da organização, não por isso, cria-se-lhe as condições de controle ou decisão sobre o fator. O estado psicológico do patrulheiro no emprego do revólver tem três componentes básicos: reflexos da vida particular, reflexos da vida funcional e reflexos da abordagem da ocorrência. Não se pode determinar qual dos reflexos é o mais importante, porém qualquer dos componentes que esteja problematizado é suficiente para desequilibrar o fator estado psicológico, e esses aos outros. A organização pode prover medidas de auxílio e apoio à vida particular e funcional dos policiais, quais sejam, salários adequados, serviço de orientação familiar ou psicológica, planos de carreira e acesso, por programas culturais e desportivos, porém o reflexo de abordagem da ocorrência está diretamente relacionados entre as possibilidades instruídas pelo órgão e aprendidas pelo patrulheiro e a possibilidade ocorrida. Se ocorrer a hipótese de a possibilidade ocorrida estar ente as aprendidas, o patrulheiro sente-se seguro, pois sabe o que fazer e como fazer, mesmo que num contexto mais amplo não represente a

melhor técnica, caso contrário, ele após um instante de indecisão, que pode lhe ser fatal, tem de correr riscos com invencionices.

Na abordagem da ocorrência, se lhe vincula a este reflexo, que é parte do estado psicológico do policial, o fator instrução, e deste as normas internas que regulam as condutas de ofensividade e ou defensividade.

Os três fatores, se não essencializados em uma política administrativa, geram um abismo de descontrole, qual seja: se não se generalizam as situações com conceitos ofensivo e ou defensivo no emprego do revólver, nenhuma instrução é eficiente, se não há eficiência na instrução, o patrulheiro será normalmente inseguro no emprego do revólver; se ele for inseguro no emprego do revólver, aumentam os riscos do estado desejável de segurança pública, em vez de, pela presença, os patrulheiros corporificarem o consenso desse estado.

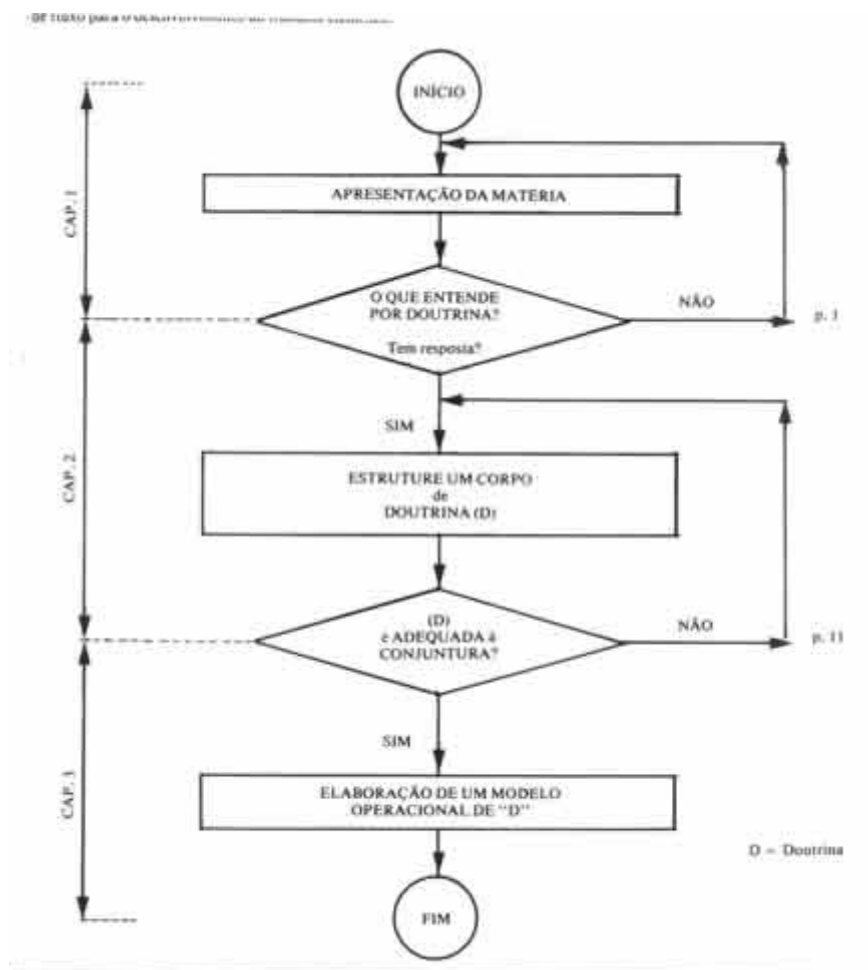
Na ausência de uma política adequada no emprego do revólver, constata-se fatos extremos como: o pessoal nos dias subseqüentes à instrução prática de tiro se torna mais atuante no sentido de efetivamente efetuar disparos com o revólver assim que a ocorrência permita; outra característica é a de policiais serem trucidados sem esboçar defesa em ocorrências violentas ou perigosas com aparência banal, ou a de cidadãos em ocorrências realmente banais sem vítimas por serem confundidos com delinqüentes ou pelo inusitado de uma situação que os assemelhe.

Os policiais devem ter suas condutas funcionais de emprego do revólver, bem como de outros equipamentos, regulada por ordem administrativa clara, precisa e concisa, onde, de forma genérica, enunciados analíticos estejam perfeitamente definidos, explicitando as situações de mesma espécie em: "o que fazer? E como fazer?", bem como se deva proceder na evolução de uma situação que exija o evoluir com o emprego da arma. Portanto, se a organização codifica as diversas situações que se apresentam os atendimentos de seus agentes, deve subcodificá-la no emprego técnico e normatizado do revólver e outros equipamentos.

## DOCTRINA DE EMPREGO DAS PM ESTUDO DE CARÁTER INTRODUTÓRIO

Prof. Dr. Dagmar S. Pedroso

O presente trabalho foi esquematizado pelo Prof. Dagmar para o CSPM/82 e visava colaborar com um processo científico para o estabelecimento de um Corpo de Doutrina de PM, capaz de ser desenvolvido face à realidade social e as responsabilidades da Polícia Militar.



### 1. PROLEGOMENA

1.1. - Tendo-se em conta a conjuntura nacional - complexa em razão das dimensões continentais do país -, torna-se imperioso considerar, no quadro geral da política nacional, uma polícia de defesa.

"Sem segurança o país não pode progredir nem sobreviver."<sup>1</sup>

De inegável importância no plano próprio de uma política de defesa responsável por um aparelho defensivo dotado de credibilidade, é o papel reservado às Forças Armadas.

Ora as Polícias Militares constituem no seu todo, um componente vital destas mesmas forças.

Considerando-se então o planejamento da estratégia PM, cabe perguntar pelos princípios e critérios que tornarão possível a eleição dos fins, a correta avaliação, a preparação dos meios possíveis e a justa adequação destes àqueles.

A questão levantada coloca em tela o problema concernente à definição de uma doutrina de emprego das PM.

As PM carecem de um corpo doutrinário; a existência de diretrizes, normas e preceitos de valor operacional, formam um todo que não atende às exigências de sistematicidade, coerência e eficácia.

As transformações que marcam a esfera do social e os problemas correspondentes, configuram um quadro complexo. O policial militar não pode mais confiar apenas a tão-somente no seu bom senso, agindo erradamente.

Como um verdadeiro cientista social, dele é exigida uma mentalidade científica, a capacidade de racionalizar suas ações.

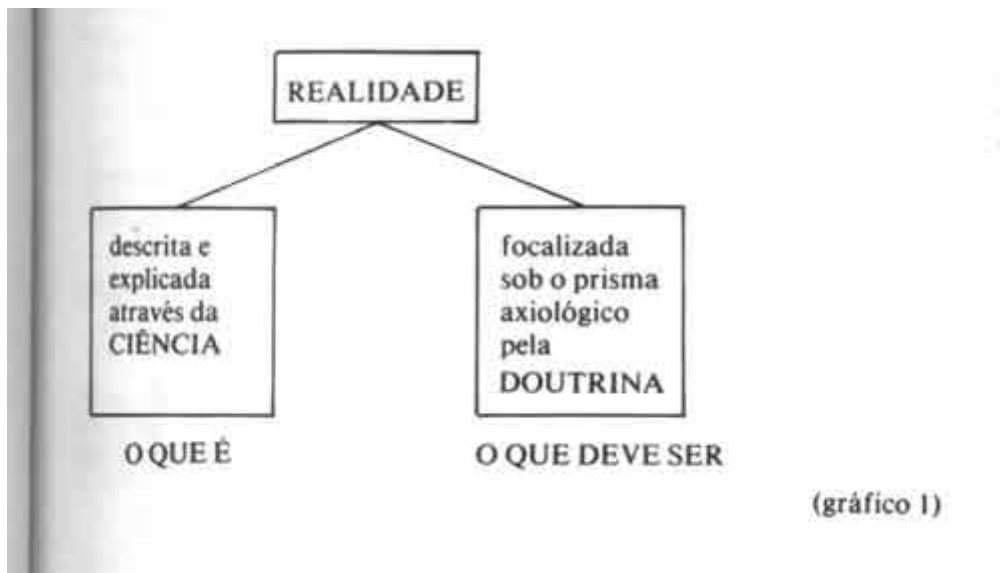
1.2. A palavra doutrina pode-se associar diversas acepções.

Cabe distinguir de início, o sentido primitivo - ensinamento - do sentido moderno - corpo de proposições - objetivas e articuladas entre si, e relativas a uma determinada faceta do real.

Considerando tão-somente a segunda das acepções acima explicitadas, cabe então destacar a diferença entre doutrina e ciência.

"Ciência e doutrina têm fins diferentes - uma constata e explica, a outra julga e prescreve"

Recorrendo-se a um gráfico tem-se:



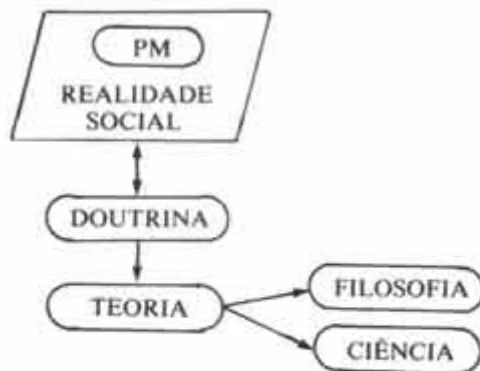
Ressalte-se que a questão é a da racionalização da ação das PM e que o escopo das doutrinas é precisamente o de racionalizar ações.

1.3. A teoria é um dos elementos conceituais da noção de doutrina.

O termo teoria tomado em sentido amplo abrange tanto a Filosofia quanto a Ciência.

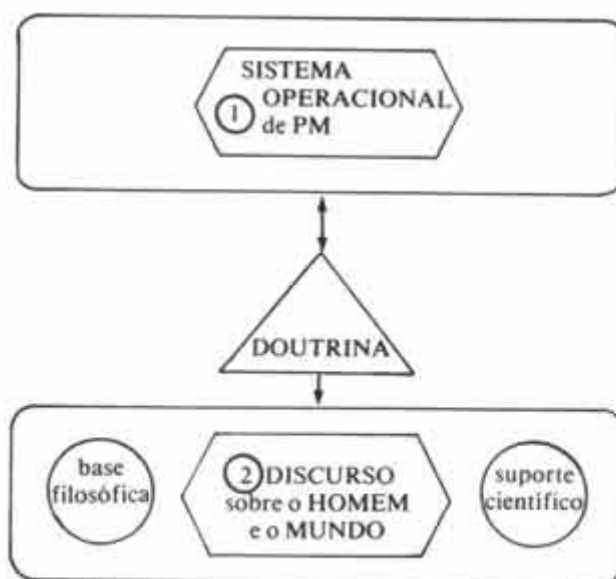
Neste caso, cabe considerar o nível de idealização ou grau de abstração, segundo o qual a realidade (conjuntura) é focalizada. Esta é, por sua vez a fonte permanente de realimentação da doutrina.

Expressando o que foi afirmado através do recurso gráfico, resulta:



(gráfico 2)

Ou ainda:



(gráfico 3)

## 2. DADOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA DOCTRINA DE EMPREGO DAS PM

### 2.1. PARÂMETROS E REFERÊNCIAS METANOMOLÓGICAS

2.1.1. - Encara-se a PM como um tipo de empresa - instituição social que representa uma espécie de comportamento econômico, o qual depende, para a sua comunidade, de certos costumes e padrões comportamentais que foram legitimados pela cultura dentro da qual a instituição opera e que se caracteriza:

a) pela natureza institucional - organismo militar voltado para a Segurança Nacional;

b) Pelo campo específico de sua atuação - ordem social;

c) pela natureza específica de sua atuação efetiva - evitar os crimes e atentados contra o bem comum (prevenção), enfrentar as situações limites de convulsão social (ação de choque), auxiliar as autoridades constituídas para que as mesmas possam exercer com eficiência a missão constitucional que lhes cabe (cooperação) e manter a população esclarecida sobre as normas e preceitos constitucionais (ação pedagógica).

2.1.2. Como toda a empresa, a PM deve estar dotada de uma organização empresarial - forma sistemática de cooperação humana para produção e troca de bens econômicos - capaz de atender:

a) às exigências próprias de uma entidade de natureza militar;

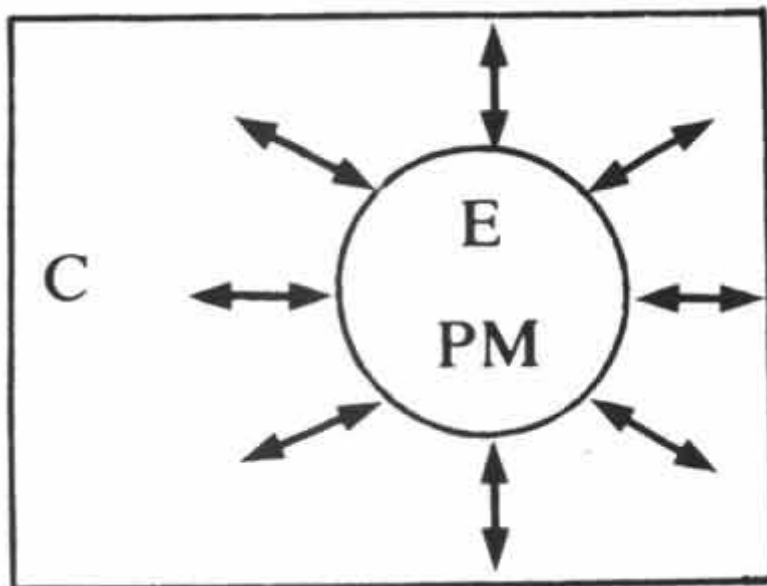
b) às funções, múltiplas e complexas, que lhe cabe cumprir.

2.1.3. Em íntima conexão com as noções de empresa e organização empresarial - noções teoricamente distintas, mas operacionalmente em relação de mútua implicação - encontram-se as funções g e v.

A função g coloca em causa o par (E,C) - empresa (PM) e comunidade; a função v coloca em tela o par (E, OE) - empresa (PM) e sua organização empresarial.

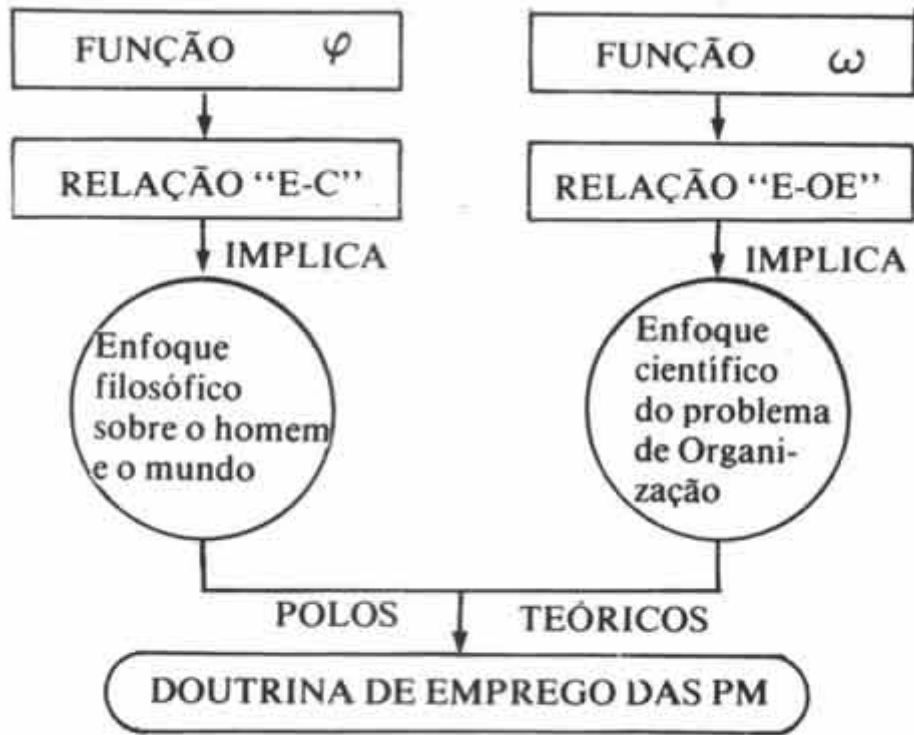
O que efetivamente está em questão diz respeito aos SERVIÇOS PRESTADOS AS COMUNIDADES pelas PM.

Dito de outra maneira: entre os componentes do par (E, C) deve haver um inter-relacionamento; às PM cabe prestar serviços no campo da segurança e as comunidades cabe, após uma bem planejada e melhor executada campanha de esclarecimentos e educação cívica, acolher e cooperar com as PM.



Para tanto não se pode esquecer a imperiosa necessidade de uma **ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL** que possibilite às PM, um desempenho dinâmico e efetivo, mercê de um enfoque científico dos problemas relativos à Organização e aos métodos.

Sendo assim e tendo em conta o gráfico 2, resulta:



(gráfico 4)

## 2.2. ENFOQUE FILOSÓFICO

### 2.2.1. GENERALIDADES

2.2.1.1. O homem é um ser ligado a três facetas da realidade: a física, a moral e a simbólica.



Do ponto de vista simbólico ou biológico, o homem é um animal - fatos de naturezas diversas atestam a origem animal do homem. O psiquismo de que está dotado, a sua capacidade de criar - veja-se a ordem dos produtos culturais -, e a sua natureza social, revelam-no como dotado de vida interior e capacidade de orientar-se segundo uma escala de valores; tais fatos permitem situá-lo também no que, por falta de melhor expressão, denominou-se de universo moral.

Ademais, recordando-se sua capacidade cognoscitiva, vê-se que o mesmo recorre a sistemas codificados de sinais para expressar o próprio pensamento.

- Universo Simbólico.

Tais considerações evidenciam, *prima facie*, a complexidade da questão antropológica fundamental - "que é o homem?"

Max Scheler recorda-nos que a palavra **HOMEM** nos remete a três círculos de idéias.

O primeiro é o da tradição judaico-cristã, a luz do qual o homem surge como um ser finito, limitado, contingente, um ser que é fruto do ato criador de Deus.

A tradição filosófica que remonta ao pensamento grego, fala da *ratio*, dos *logos*, definindo o homem como um animal racional - segundo dos 3 círculos mencionados.

Há, em terceiro lugar, a visão proporcionada pela ciência, engendrada especialmente pela biologia, pela Psicologia Científica ou Experimental e pela Sociologia. Observa Scheler que, como conseqüências, surgem três orientações ou antropologias: a mística-religiosa ou teológica, a filosófica ou especulativa e a científica ou positiva.

2.2.1.2. Não cabe aqui examinar e discutir os conflitos entre as três antropologias.

O que correta e honestamente deve ser afirmado, em nome da verdade, concentra-se nos seguintes pontos básicos.

I - O homem, deve ser visualizado desde uma perspectiva que permita uma compreensão menos fragmentária do mesmo, não o reduzindo à ordem material, nem o colocando como um ser puramente espiritual;

II - o reconhecimento de sua natureza social não implica, com caráter de necessidade lógica, asseverar a autonomia e a prevalência do econômico sobre outras áreas ligadas ao pensamento e a ação da criatura humana;

III - a noção de sociabilidade junta-se à noção de eticidade, pela afirmação da existência de uma consciência moral;

IV - como ente dotado de livre arbítrio, cabe-lhe atualizar se, realizar-se como pessoa;

V - como ser dotado de psiquismo superior de tipo intelectual-volitivo, não se lhe pode julgar pelo que tem - em termos de poder e bens materiais -, mas pelo que ele é.

## 2.2.2. CONDUTA, REGRAS, ORDEM SOCIAL

2.2.2.1. O fato de que é um ser limitado e imperfeito destinado a viver em sociedade, determina uma exigência iniludível à luz do bem comum: a existência de **NORMAS** e **REGRAS**.

Peter Winch evidencia, como outros pensadores, a importância e o papel, no todo social, das **NORMAS** e **REGRAS** **SOCIAIS**.

Estas supõem não apenas o trabalho diligente do legislador; primária e fundamentalmente está, como *substractum*, uma cosmovisão que, segundo o legado histórico deixado pelos brasileiros que forjaram os costumes e os valores pátrios, espelha os princípios de um humanismo cristão.

## CONHEÇA O SEU NOVO TRANSPORTE: O TREM METROPOLITANO

1973 - Crise do Petróleo. Mudanças de valores. O transporte coletivo adequado e racional se evidencia como uma das alternativas para a redução do consumo de combustíveis derivados do petróleo. As grandes Metrópoles Brasileiras, Pólos Centralizadores dos Movimentos Migratórios, dependentes do transporte rodoviário movido com combustível derivado do petróleo, passaram a buscar soluções para o transporte coletivo de passageiros. Porto Alegre encontrou uma das soluções possíveis - o Trem Metropolitano de Porto Alegre

A RPMA – Região Metropolitana de Porto Alegre é o maior pólo de desenvolvimento do Estado e ponto de confluência dos transportes, pois liga-se por seguras vias de comunicação e grandes centros populacionais e industriais como o Rio de Janeiro e São Paulo. É composta de 14 municípios e cobre uma superfície de aproximadamente 5.718 Km<sup>2</sup>, sendo sua população atual ao redor de 2.500.000 habitantes, incluindo a cidade de Porto Alegre. O crescimento populacional na última década tem ocorrido a uma taxa média de 4,0% ao ano. Isto significa um aumento populacional de quase 100.000 pessoas por ano, sendo a maior parcela consequência de movimentos migratórios de pessoas vindas do interior do Estado. Este movimento migratório representa 82% do crescimento populacional da Região Metropolitana.

Diante destes fatos, fácil é compreender os inúmeros problemas que se defrontam as autoridades governamentais, como a necessidade de geração de novos empregos, fornecimento de água, energia elétrica e outros.

Especificamente no setor de transporte, seja o de passageiros ou de mercadorias, urbano e interurbano, é necessário planejar e coordenar os meios disponíveis e a executar visando sobre tudo oferecer um sistema racional e integrado nos seus segmentos para ser o mais seguro, rápido e econômico possível. É necessário, além disso, proteger o meio ambiente e reduzir o consumo de combustíveis.

Estes problemas não são apenas brasileiros, mas ocorrem, em maior ou menor escala, em todos, os grandes centros populacionais.

Para resolver o problema, as autoridades governamentais, através da EMPRESA DE TRANSPORTES - GEIPOT e da FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO - METROPLAN, concluíram em 1977 o PLANO DIRETOR DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - PLAMET, cuja elaboração resultou de convênios firmados entre as citadas entidades e entre o Ministério dos Transportes e a Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

Ao se iniciarem os primeiros estudos para a elaboração do PLAMET, logo ficou claro que o volume de passageiros no corredor da rodovia BR-116, paralelo aos trilhos da Rede Ferroviária Federal, é de tal porte que a médio prazo o serviço ofertado pelos ônibus não terá condições satisfatórias para atender as necessidades da população.

Levado o assunto à instância superior, determinou o Ministro dos Transportes que o GEIPOT programasse um projeto Compatível com a demanda prevista: 330.000 passageiros/dia em 1985. Iniciou-se assim o projeto do TREM METROPOLITANO DE PORTO ALEGRE.

### O TRENSURB

O projeto em execução visa implantar um moderno sistema de transporte metroviário no corredor Norte-Sul da Região Metropolitana, atendendo os seguintes objetivos:

1. Oferecer à população um serviço de transporte seguro, confiável e rápido a preços acessível;
2. Substituir, tanto quanto possível, o sistema rodoviário (carros particulares e ônibus), economizando combustível para o país e reduzindo a poluição ambiental.

Consequência dos citados motivos espera-se um considerável impulso no desenvolvimento urbano, melhorando as condições de vida da população, especialmente as de baixa e média renda que serão as maiores beneficiadas.

### LOCALIZAÇÃO

A via projetada prevê a utilização da faixa de domínio da Rede Ferroviária Federal. Este fato proporcionou uma considerável economia de custo, dispensando onerosas despesas de desapropriação de terras em zonas altamente valorizadas.

Serão adquiridas apenas algumas áreas necessárias para a implantação de obras transversais (passarelas e alguns viadutos), áreas destinadas para estacionamento de veículos, situadas nas proximidade, de estações e áreas destinadas às subestações de eletricidade.

## CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

### - VIA PERMANENTE

O sistema projetado é constituído de duas vias de bitola larga, 1,60 m, com trilhos TR-57 soldados (solda aluminotérmica), assentes sobre dormentes bloco de concreto. Na primeira fase serão implantados 27,95Km, ligando Porto Alegre a Sapucaia do Sul e a segunda, com mais 15,45Km, até Novo Hamburgo.

Assim, a extensão toda. Porto Alegre – Novo Hamburgo será 43,40 km, incluindo os espaços de manobra.

### - CAPACIDADE DA VIA

O sistema de sinalização com equipamentos instalados na via, no Centro de Operações e nos trens, permitirá a circulação de 20 composições por hora em cada sentido. Assim, poderão ser transportados até 72.000 passageiros por hora, em cada sentido, nas horas de pique.

Os estudos de demanda realizados indicam que no horizonte do projeto (1995), a demanda horária máxima será de 46.742 passageiros, o que está bem aquém da capacidade máxima teórica a ser instalada.

O projeto das estações é bastante simples e funcional. As estações de modo geral têm a plataforma no pavimento inferior e demais dependências (bilhetagem, administração local e banheiros) no pavimento superior, com acesso através de passarelas.

As estações Mercado e Rodoviária, na área central de Porto Alegre e, onde não existe área de domínio da Rede Ferroviária, estão sendo construídas em terrenos do Município com acesso às plataformas por passagens inferiores às avenidas existentes.

### - PLANO DE VIAS

O plano de vias prevê duas linhas de bitola de 1,60 metros, bidirecionais, mas que normalmente terão tráfego unidirecional.

O sistema de sinalização de vias e a localização de travessões a cada 3 ou 4 km permite ao Centro Operacional - CO, inverter o sentido nas vias, conferindo maior flexibilidade ao sistema.

As linhas do TRENSURB serão exclusivas e independentes das demais linhas da Rede Ferroviária.

### - ESTAÇÕES

Entre Porto Alegre e Novo Hamburgo serão construídas 22 estações, assim distribuídas:

Porto Alegre                      - Estação Mercado                      (6 Estações)

- Estação Rodoviária

- Estação São Pedro

- Estação Farrapos

- Estação Aeroporto

- Estação CEASA

CANOAS                      - Estação Niterói                      (6 Estações)

- Estação Fátima

	- Estação Canoas	
	- Estação São Luiz	
	- Estação Mathias Velho	
	- Estação PETROBRAS	
ESTEIO	- Estação Esteio	(1 Estação)
SAPUCAIA	- Estação Luís Pasteur	(2 Estações)
	- Estação Sapucaia	
SÃO LEOPOLDO	- Estação UNISINOS	(3 Estações)
	- Estação São Leopoldo	
	- Estação Rio dos Sinos	
N. HAMBURGO	- Estação Liberdade	(4 Estações)
	- Estação Industrial	
	- Estação FENAC e	
	- Estação Novo Hamburgo	

O espaçamento médio entre as estações é da ordem de 1,80km (considera-se que a Área de Influência Direta de uma estação tem o raio 1,0 km. As pessoas podem dirigir-se a pé até a estação), sendo a localização de cada estação escudada segundo os seguintes critérios:

- Distribuição harmoniosa ao longo da via, com distâncias relativamente pequenas entre cada estação e a Consecutiva. Este critério é usado em todos os sistemas metroviários existentes;
- Locais de maiores concentrações populacionais ao longo da via, visando à facilidade de acesso ao usuário;
- Integração com outros sistemas de transportes:
  - Estação Mercado – integra-se com os ônibus e barcas que fazem o trajeto Porto Alegre - Guaíba e vice-versa, o trem completando o trabalho do ônibus e vice-versa.

#### O TREM COMPLETANDO O TRABALHO DO ÔNIBUS VICE-VERSA

O Trem Metropolitano será integrado ao sistema do ônibus, um funcionando como apoio para o outro.

As empresas de ônibus que ligam Porto Alegre às demais cidades vizinhas não serão extintas, passarão a operar como linhas alimentadoras.

- Estação Rodoviária - integrada com os terminais urbanos de ônibus de longo percurso;
- Estação Aeroporto - integrada com a Estação Diretor Pestana da Rede Ferroviária Federal, com o Aeroporto Internacional Salgado Filho e com o futuro terminal de ônibus transversais a ser implantado pelo Município.

#### TEMPOS DE PERCURSO

O percurso entre Porto Alegre e Sapucaia será feito em 38 minutos com toda a segurança. Atualmente, em certas horas, gasta-se muito mais tempo do que o mencionado, apenas para atingir o Centro de Canoas. Os trens percorrerão o trajeto a uma velocidade média de 43 Km/h sendo a máxima entre estações, 90 Km/h.

## TRENS-UNIDADE

As composições serão compostas de quatro carros na seguinte disposição:

MOTOR – REBOQUE – REBOQUE - MOTOR.

Terão capacidade para transportar até 1.800 passageiros, podendo nas horas de pique serem acopladas duas composições, 8 carros, transportando 3.600 passageiros. O sistema será eletrificado, com catenária, e proporcionará uma economia de combustível superior a 10 milhões de litros de óleo diesel/ano, a partir de 1985.

## CUSTO DO PROJETO

O valor global está orçado em US\$ 315.000.000,00 considerando o trecho Porto Alegre - Sapucaia.

Este valor corresponde a um custo aproximado de US\$ 1.150.000/Km, bastante satisfatório comparado ao custo de construção dos "subwais", estimados atualmente em US\$ 10.000.000/Km.

## BENEFÍCIOS

O TRENSURB uma vez construído e em fase de operações proporcionará uma série de benefícios, benefícios tangíveis, expressos monetariamente, e benefícios intangíveis que não podem ser analisados em moeda, mas de consistência social extraordinária.

Sem dúvida podemos citar como maior benefício tangível à economia de combustível: 10.000.000 de litros de óleo diesel por ano.

Como benefícios intangíveis, citamos:

- Segurança;
- Confiabilidade;
- Rapidez;
- Menor poluição ambiental.

## TEM MUITA GENTE EMBARCANDO NESTE TREM

Quem é que vai andar de Trem Metropolitano:

- Belo Horizonte: será implantado na faixa do domínio da RFFSA no trecho Betim – Belo Horizonte – Matadouro e Gameleira ao ser integrado ao Plano Operacional de Transporte Coletivo, através de terminais de alimentação. Quando estiver concluído, o projeto deverá atender a 400 mil passageiros/dia, realizando uma economia de combustível superior a 25 milhões de litros de óleo diesel/ano.
- São Paulo: procura-se a completa integração e interpenetração dos sistemas da RFFSA e da FEPASA e sua articulação com o Metrô, permitindo transportar, em 1985, mais de um milhão e quinhentos mil passageiros por dia em extensão superior a 250 km de linhas.
- Rio de Janeiro: os aperfeiçoamentos que estão sendo introduzidos no sistema existente, com mais de 690 km de linhas, perfeitamente articulado com o Metrô e com o sistema de ônibus, permitirá transportar, em 1985, no mínimo, dois milhões de passageiros por dia.
- Salvador: as melhorias que estão sendo introduzidas nas linhas existentes, na extensão de 14 km, entre Salvador e Paripe visam modernizar o Sistema para atender mais de sessenta mil passageiros por dia; melhorias sucessivas permitirão atingir Simões Filho, num total de 27 km, e mais do que duplicar a quantidade de passageiros transportados.
- Recife: o novo sistema, em início de implantação, ligará o centro de Recife e Jaboatão e ao Terminal Integrado de passageiros, com 21 km de extensão, estando previsto o transporte diário de trezentos mil passageiros por dia.

- Fortaleza: o sistema existente vem recebendo melhorias progressivas em seus 43 km que ligam Fortaleza e Maracanaú e a Caucaia; em 1985 deverão ser atendidos mais de sessenta mil passageiros por dia.

Conforto, segurança, economia, rapidez – esta é a proposta dos Trens Metropolitanos.

Uma proposta que atenderá aos interesses das populações que vivem nas grandes cidades.



## CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DE EFETIVOS E DE VIATURAS

Dauter Dutra Berleze - Maj PM

Não existe no Brasil critérios plenamente definidos e aceitos por todos para a fixação do efetivo das Polícias Militares no serviço específico de policiamento ostensivo.

Nas diversas unidades da federação, os critérios são os mais variados, não encontrando praticamente nenhuma concordância, ou uma doutrina formada e estabelecida de como a quantos são as variáveis que influem nesta fixação.

Algumas teorias baseiam-se na população, outras no terreno, outras na combinação população-terreno e outras ainda, determinam aleatoriamente o número de policiais militares necessários ao Serviço de Policiamento Ostensivo num certo local, seja este uma cidade de grande, médio ou pequeno porte, uma vila ou simplesmente um aglomerado humano.

É importante, também, lembrar aqui que por definição legal, as polícias militares no Brasil, não têm somente a missão de manter a tranquilidade pública, através do policiamento ostensivo exatamente, mas têm também as missões de defesa civil, defesa pública, defesa interna e auxiliar na defesa territorial, como obviamente se depreende dos textos legais abaixo citados:

Da Constituição Federal

Art. 8º - Compete à União

XVII - Legislar sobre:

V) Organização, efetivos, instrução, justiça e garantia das Policias Militares a condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização.

Art. 13.

§ 4º - As Policias Militares, instituídas, para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os Corpos de Bombeiros Militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo seus postos ou graduações ter remuneração superior à fixada para os postos e graduações correspondentes no Exército.

No entanto mister se faz que nos preocupemos, com a formulação de critérios para a fixação dos efetivos destinados ao policiamento ostensivo nas polícias militares no Brasil, mesmo por que numa era em que a ciência e a tecnologia têm traçado as normas que ditam as ações e condutas do homem, não seriam as nossas atividades aquelas que não exigissem uma análise própria, onde, através de pesquisas devidamente elaboradas, se determinasse os coeficientes proporcionais de homens em relação a uma ou mais variáveis.

É evidente, quando se dispõe de um ou mais critérios, o planejamento se torna muito mais viável e exequível tanto a curto como a médio e a longo prazo.

Segundo a criminologia, em princípio o criminoso tem atuação muito semelhante em todos os locais do mundo, sua ação e reação, como pessoa humana, tem praticamente as mesmas características. Assim também se comporta o contraventor e o infrator.

A constatação de mudanças é a de meios de delinqüência. O ladrão age psicologicamente, durante o delito, da mesma forma, em geral, nos Estados Unidos da América, no Japão ou como no Brasil. Nos Estados Unidos os meios são mais sofisticados, em algumas vezes, e a polícia deve estar adaptada de meios para contrapor-se ao know-how do delinqüente. Assim é no Brasil, a polícia necessita de meios para poder atuar no combate, ao criminoso, pois a proporção dos delitos entre países como os Estados Unidos e o Brasil não é tão diferente, até, inclusive, estão muito próximos os parâmetros de criminalidade. Se nós temos um Rio de Janeiro com um grau elevado de delinqüência, eles têm Nova Iorque na mesma situação.

O primeiro enfoque de nosso subtema é então a fixação do efetivo de polícia militar para o serviço de policiamento ostensivo, sem considerar as diferenças psicológicas de um delinqüente dos Estados Unidos da América para o Brasil, mesmo porque teoricamente não existe esta diferença.

Num segundo momento trataremos uma breve análise da fixação de viaturas necessárias ao serviço de policiamento ostensivo local.

A fixação de efetivo, também nos ajudará, na afirmação da necessidade de precisarmos muito mais de condições técnicas e materiais de execução, em detrimento de outras variáveis que poderiam intervir, como o terreno, condições climáticas, etc. A variável básica deste presente trabalho será simplesmente a populacional, e dessa já temos estudos científicos plenamente comprovados e indiscutíveis que embasarão nossa pesquisa.

Precisamos sim, na aplicação do critério que analisaremos, preparar tecnicamente em alto nível nossas executantes, tanto fundamentalmente, através de cursos básicos bem elaborados, como também de instrução permanente e cursos periódicos de especificação. O homem bem treinado na execução é certamente um percentual bem alto de êxito do serviço em benefício da comunidade ordeira.

Outro condicionante deste sucesso é sem dúvida, os meios materiais adequados ao desempenho profissional. O delinqüente está muitas vezes equipado com o que de melhor existe no mercado internacional para a consecução de seus objetivos. A policia necessita de um sistema de comunicações potente, dinâmico e versátil, precisa de um conjunto de viaturas capaz de fornecer a mobilidade necessária para interceptar o delinqüente ou prevenir a delinqüência, precisa ainda de armamento, munição e equipamento em geral, adequados em quantidade e qualidade ao seu serviço.

Para encerrar estes condicionantes, o homem tem que estar adaptado economicamente a sua profissão deve sentir que suas necessidades básicas estão sendo, satisfeitas.

Se estas condições analisadas rapidamente acima forem satisfeitas, nós temos que partir sempre de um pressuposto: "Podemos importar um modelo já comprovado útil nos Estados Unidos da América, nos termos propostos acima".

Se as variáveis materiais e condições humanas não forem satisfeitas, o critério a ser analisado pode não se adequar ao nosso modelo, mas aí só o empirismo e a aleatoriedade podem fixar efetivos, pois se torna quase impossível o estabelecimento científico de critérios.

### CRITÉRIO DE EFETIVO POLICIAL NOS ESTADOS UNIDOS

Antes de mais nada é preciso situar como se estabelece o sistema policial americano.

Nos Estados Unidos da América o sistema policial é local, pertence ao município e é integrado, todos os serviços policiais estão conjugados no chamado Departamento de Polícia.

No Departamento de Polícia existe três divisões:

- Divisão de Administração;
- Divisão de Patrulhas;
- Divisão de Investigações.

A Divisão de Administração é o nível superior da policia, onde estão os órgãos de direção e planejamento.

A Divisão de Patrulhas é a encarregada do serviço de policiamento ostensivo, é fardada, mas não tem características militares.

A Divisão de Patrulhas seria em comparação com o sistema brasileiro aquela que tem a mesma missão da Polícia Militar no nosso contexto, com a diferença de que não está inserida as guardas na missão deles. Para eles não é tipo de policiamento ostensivo, o que na nossa doutrina é configurado.

A Divisão de Investigações investiga o crime e o criminoso, é a policia administrativa, semelhante a nossa policia civil, na destinação teórica.

O sistema policial é fundamentado no município, que é o responsável perante a nação, de prover este serviço. A vantagem, a priori, é a fácil administração.

Através de profunda análise estatística e científica, técnicos americanos, chegaram a um consenso de que o efetivo necessário para o sistema policial local, varia de 1,5 (um e meio) a 2,5 (dois e mil) policiais por cada 1.000 (mil) habitantes, tanto na área urbana como na área rural.

A execução se diferencia nas duas áreas, pela maior ou menor mobilidade e pelo poder das comunicações.

Nota-se que existe uma variação, com um intervalo, até significativo, pois vai de 1,5 a 2,5 policiais por 1.000 habitantes. Este intervalo é igual a 1 (um), mas também não é aberto ao planejador; este intervalo está previsto cientificamente, ele foi definido convenientemente. Está inserido no trabalho científico. Para tanto são definidos os chamados fatores criminológicos, que variam de local para local, e que aumentam ou diminuem o índice de criminalidade, aumentando ou diminuindo em conseqüência o efetivo policial.

Neste intervalo, se insere, como dissemos, os chamados fatores criminológicos, assim discriminados:

- a - Localidade portuária;

- b - Localidade da fronteira;
- c - Localidade de jogos e diversões;
- d - Localidade de população flutuante;
- e - Localidade de baixa renda per capita.

As localidades portuárias são os aglomerados humanos que se localizam às margens de oceanos, mares, rios ou lagos e que possuem portos ou atracadouros de embarcações. Em face do movimento de pessoas que se estabelecem na localidade, no vai-e-vem contínuo de chegada e saída de embarcações, muitas vezes, com permanência prolongada dos tripulantes e viajantes. As necessidades humanas, aliadas ao choque de culturas provoca um aumento de criminalidade.

As localidades de fronteira, são os aglomerados humanos, que se encontram próximo à linha divisória entre dois estados soberanos, de tal forma que esta proximidade determine um permanente contato entre dois ou mais povos. Uma cidade na fronteira marítima, dependendo do contato maior, permanente entre dois povos, pode ter os dois fatores criminológicos já analisados.

As localidades de jogos e diversões são os locais normalmente de cunho turístico, onde as diversões são continua, e de grande extensão, principalmente noturnas, onde o jogo, em algumas, é livre. Nestas localidades existe um fluxo grande de pessoas das mais diversificadas culturas e interesses.

As localidades de população flutuante se caracterizam por suas peculiaridades, fazendo atrair por razões industriais, culturais, comerciais, profissionais ou outros motivos, considerável movimento permanente de pessoas estranhas àquela comunidade. Na realidade com permanência efêmera, mas com instalações periódicas e renovadas de contingentes humanos.

As localidades de baixa renda per capita determinam também um aumento de criminalidade, pois os mais pobres, provocados pelo desnível social, são levados à inveja e à revolta, conduzindo os mais fracos à delinqüência.

Nestes fatores criminológicos, são considerados o movimento de maior número de pessoas com o instinto da criminalidade; com a semente do crime, elas carregam em potencial e maior possibilidade de delinqüir, tais como:

- a) toxicômanos; b) prostitutas; c) homossexuais; d) notívagos; e) boêmios; f) alcoólatras; g) viciados; h) agiotas; i) agitadores; j) vadios, etc.

Com base nos fatores criminológicos acresce, no sistema policial, uma fração correspondente a 0,2 (zero vírgula dois) policial por 1.000 (mil) habitantes, quando a localidade tem um fator criminológico, 0,4 (zero vírgula quatro) policial por 1.000 (mil) habitantes, quando a localidade tem dois fatores criminológicos, e assim sucessivamente até o acréscimo de 1 (um) policial por 1.000 (mil) habitantes, correspondente a um máximo de 5 (cinco) fatores criminológicos.

Assim, uma população que tenha 3 (três) fatores criminológicos terá que possuir um efetivo fixo de  $3 \times 0,2 + 1,5 = 2,1$  policial, por 1.000 habitantes.

A variação de homens na execução vai de patrulheiro até capitão no máximo.

Outra conclusão doutrinária do sistema americano determina proporções de efetivo policial para cada uma das divisões do departamento, na seguinte ordem:

- Divisão Administrativa - 5% do efetivo;
- Divisão de Patrulhas - 80% do efetivo;
- Divisão de Investigação - 15% do efetivo.

Se quisermos verificar qual a variação do efetivo somente para a divisão de patrulhas, calcula-se 80% (oitenta por cento) de 1,5 (um e meio) e 80% (oitenta por cento) de 2,5 (dois e meio), ficando na variação de 1,2 (um vírgula dois) a 2 (dois) policiais de patrulhas por 1.000 (mil) habitantes.

O sistema policial americano é bastante simples, os níveis de chefia na execução são em pequeno número, e vai ao máximo até capitão, com tenente a sargentos nos intervalos, até os patrulheiros, pouco sofisticado, não atrofiado e nem estratificado.

Este sistema se idealiza na medida em que o homem seja devidamente instruído, com especializações não ao nível de execução, mas nas atividades especiais, pois, também não se aceita que o policial, seja especializado unicamente num tipo do policiamento. O policial é um todo na sua atividade.

É necessário ainda que neste, sistema idealizado, exista as condições materiais e humanas adequadas ao trabalho. Assim as viaturas devem existir em quantidade necessária e suficiente ao desempenho operacional do sistema. Apoiando as viaturas e os homens deve funcionar um conjunto de comunicações capaz de permitir a maior mobilidade possível do sistema policial.

As viaturas e as comunicações são fundamentais, no entanto devemos, aliar ainda o armamento, e a munição, os agentes químicos, e os equipamentos individuais do homem, bem como o apoio da retaguarda, incluindo toda a cadeia de suprimentos.

## EFETIVO PARA O POLICIAMENTO OSTENSIVO NO BRASIL

No Brasil, como sabemos, o sistema policial não é integrado. Temos uma Polícia Civil responsável pela investigação e captura e pela Polícia Judiciária. De outro lado, uma Polícia Militar definida na lei maior, a Constituição Federal, com as missões de manter a tranquilidade pública ou a ordem pública, através do policiamento ostensivo acrescida de outras responsabilidades legais, já vistas na introdução.

Em face desta dicotomia e em comparação com os Estados Unidos nosso sistema policial se torna bastante complexo e mais atrofiado, em se tratando de uma atuação policial, evidentemente, como um todo.

Analisando a organização que no Brasil executa o Serviço de Policiamento Ostensivo, no caso as Polícias Militares, em rápidas pinceladas, verificamos a necessidade de uma estrutura de pessoal muito mais estratificada, do que aquela necessária ao policiamento ostensivo com base no modelo americano. Pois além dos efetivos que devem ser previstos e planejados para o policiamento ostensivo, como na Divisão de Patrulhas do Departamento Policial Americano, as Polícias Militares no Brasil colocam as guardas na missão de policiamento ostensivo e que não são atribuições do sistema policial americano. Ainda temos que ter além destes efetivos mais aqueles para a defesa interna e a defesa territorial. Ainda num sistema que envolve um Estado Federativo a estrutura administrativa requer uma evolução bem maior de níveis de chefias e comandos.

No entanto, nosso trabalho restringe-se em analisar os efetivos para o Policiamento Ostensivo. Não é fim desta pesquisa verificar o efetivo da Polícia Militar, o que aliás pode ser uma futura pesquisa de próximos cursos de aperfeiçoamento de oficiais.

Mostramos, anteriormente que na maioria dos países desenvolvidos o critério básico para a determinação de policiais numa localidade está comprovado corretamente, ser em função da população.

Sabemos que esta idealização se configura na medida em que as polícias sejam bem dotadas de meios materiais e em qualidade profissional dos seus integrantes. Isto praticamente nunca se verificou, nem tem se verificado no Brasil e em geral nos países subdesenvolvidos, pois com poucos recursos, não dispomos de viaturas em número e qualidade requerida e em comunicações adequadas. Nosso policial não tem o nível cultural desejado e sofre uma série de outros fatores intervenientes em sua atuação, como principalmente, o grau relativo de satisfação econômica. O Estado ou não reconhece condignamente o seu trabalho ou não tem condições de lhe retribuir convenientemente em remuneração suas atividades.

Apesar de sabermos e conhecermos estes inconvenientes, achamos que uma análise deste gênero, é embasada numa teoria já existente e devidamente comprovada, serve para num futuro, que almejamos promissor e breve, pois esperamos ansiosos num Brasil grandioso e forte no cenário mundial, para orgulho de nossa gente.

A partir destas considerações voltemos a verificar o modelo americano de efetivo policial por número de habitantes e vamos conduzir este raciocínio para a nossa situação.

Devemos partir da premissa de que a Polícia Militar ao realizar sua missão de policiamento ostensivo está fazendo o que a divisão de patrulhas do Departamento de Polícia faz nos Estados Unidos da América.

Assim sendo, lá a Divisão de Patrulhas absorve 80% do efetivo destinado ao sistema policial local, o que corresponde a uma variação de 1,2 (um virgula dois) a 2,0 (dois) policiais por 1.000 (mil) habitantes, pois já vimos que todo o sistema varia de 1,5 (um e meio) a 2,5 (dois e meio) policiais por 1.000 (mil) habitantes.

Se simplesmente adaptássemos para o Policiamento Ostensivo no Brasil, a Divisão do Patrulhas de lá, em correspondência que faz as atividades de patrulhamento, permanência e escoltas e diligências. No nosso modelo nós ainda temos a modalidade de guardas, que não é atribuição da Divisão de Patrulhas.

Voltando ao coeficiente 1,2 a 2,0 policiais por 1.000 habitantes, neste caso cada fator criminológico, já enunciado anteriormente, acresce 0,16 policiais por 1.000 habitantes, conforme o seguinte esquema:

A - Localidade isenta de fatores criminológicos - 1,2 policiais por 1.000 habitantes;

B - Localidade C/1 fator criminológico - 1,36 policiais por 1.000 habitantes;

- C - Localidade C/2 fator criminológico - 1,52 policiais por 1.000 habitantes;
- D - Localidade C/3 fator criminológico - 1,68 policiais por 1.000 habitantes;
- E - Localidade C/4 fator criminológico - 1,84 policiais por 1.000 habitantes;
- F - Localidade C/4 fator criminológico - 2,0 policiais por 1.000 habitantes.

Deve-se frisar que neste quadro estão somente incluídos os executantes até o máximo o Comandante de Subunidade, para o nosso contexto em relação aos Estados Unidos.

Além do exposto, devemos analisar os efetivos para os serviços de guardas, que nos são afetos por doutrina já consagrada, tais como, Estabelecimentos Penais e das Sedes dos Poderes Constituídos.

Neste caso, deve ser estudado qual o efetivo necessário por posto de guarda, como nossa análise tem por fim encontrar uma fórmula para determinar o efetivo policial em função do número de habitantes, se torna, senão difícil, quase impossível fixar um coeficiente para as guardas em relação à população.

Levamos em consideração que quanto maior a cidade mais postos de guardas devem existir, extrapolando nas capitais, pequenas cidades, na sua maioria, não existe essa modalidade de policiamento.

Na busca de um modelo para os efetivos das guardas, devemos levar em consideração uma série de variáveis que arrolaremos e analisaremos a seguir:

- a. Quantidade de postos de guarda que o elemento local considerado tem que fornecer diariamente;
- b. Num regime de trabalho de 24 horas, cada posto absorve 3 (três) homens por dia, devidamente comandados;
- c. Numa semana deve existir uma folga por equipe de cada posto;
- d. Devem ser consideradas as férias na base de 9°/o do efetivo, permanente;
- e. Deve ser previsto as indisponibilidades, na ordem de 5%, incluindo aqui as licenças e outros imprevistos. Apurando todos estes dados, através de análise minuciosa, conclui-se que cada posto de guarda necessita de 10 (dez) policiais.

Exemplificando:

- Numa localidade que exista 3 (três) postos de guarda nós necessitaríamos diariamente 11 (onze) homens; 3 (três) policiais por posto, um cabo da guarda e um sargento comandante da guarda. Com a folga de 24 x 24, soma-se mais 11 (onze) homens. Considerando as folgas mais 4 (quatro) homens, perfazendo um total de 26 homens acrescido das férias e indisponibilidades, 4 (quatro) homens, totaliza finalmente um efetivo de 30 (trinta) homens, caracterizando 10 (dez) policiais por posto de guarda.

Finalmente juntando as atividades de patrulhamento, permanência, escoltas e diligências e guardas teríamos a seguinte fórmula para calcular o efetivo local para o policiamento ostensivo:

$$E = \frac{(1,2 + 0,16 N)H}{1.000} + 10 P$$

E = Efetivo necessário ao policiamento ostensivo local;

N = Quantidade de fatores criminológicos que varia de 0 (zero) a 5 (cinco) (N = 0,1,2,3,4,5);

H = População para a qual se está calculando o número de policiais;

P = Número de postos de guarda, necessários.

Nossa fórmula acima exposta é uma conclusão lógica, baseada em experimentação científica e plenamente delineada.

#### CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE VIATURAS

A partir da fixação do efetivo, segundo a própria doutrina americana, podemos também calcular o número de viaturas necessária, ao serviço de policiamento ostensivo, excetuando é evidente, o efetivo das guardas.

Estas viaturas são única e exclusivamente do tipo radiopatrulhas. No efetivo de serviço, um terço deve estar embarcado na ordem de 2 (dois) homens por viatura.

Assim podemos determinar uma fórmula a fim de calcularmos o número de radiopatrulhas necessárias a um serviço local:

$$RP = \frac{Ee - Eg}{6Q}$$

6Q

RP = N.º de radiopatrulhas necessárias;

Ee = Efetivo total para o policiamento ostensivo;

Eg = Efetivo para as guardas;

Q = Número de quartos de serviço diário, no caso da Brigada Militar em que o regime de trabalho é de 6 x 18 Q = 4.

Exemplificando:

- No caso de uma localidade que tenha um efetivo total de 180 homens com 2 (dois) postos de guardas, na nossa idealização, o policiamento ostensivo precisa de:

$$RP = \frac{180 - 20}{6 \times 4} = 6,66 = 7$$

6x4

cerca de 7 (sete) viaturas.

Saliente-se que estas viaturas deverão estar em permanente movimentação, pois elas se pagam com o serviço que prestam à comunidade. Suas condições de uso e manutenção devem ser as melhores, num máximo de 5 (cinco) anos de uso.

## CONCLUSÃO

Nosso trabalho foi embasado cientificamente numa doutrina lá plenamente comprovada, tanto em relação ao efetivo para o policiamento ostensivo, como também para a fixação do número de viaturas de radiopatrulhas no serviço localizado.

Para a concretização desta teoria, escolhemos o município de Santa Maria, a fim de planejar o policiamento ostensivo.

Inicialmente consideremos a cidade de Santa Maria como detentora de 2 (dois) fatores criminológicos a saber: "População Flutuante" e "Baixa renda per capita".

Santa Maria conta atualmente com uma população de cerca de 200.000 (duzentos mil habitantes, com 3 (três) Postos de Guarda, no caso, de Estabelecimentos Penais.

Buscando na fórmula preconizada, teremos:

$$E = \frac{(1,2 + 0,16 \cdot N)H}{1.000} + 10 P$$

1.000

$$E = \frac{(1,2 + 0,16 \times 2) \times 200.000}{1.000} + 10 \times 3$$

1.000

$$E = 304 + 30 = 334 \text{ Policiais}$$

N = 2 (dois) fatores criminológicos

H = 200.000 (duzentos mil) habitantes

P = (três) Postos

Então o efetivo necessário é de 334 (trezentos e trinta e quatro) Policiais Militares para realizar o serviço de Policiamento Ostensivo na população de Santa Maria.

Calculado o efetivo, podemos então calcular o numero de viaturas radiopatrulhas necessárias para o serviço, a partir da seguinte formulação:

$RP = \frac{E_p}{6Q} - E_g$ , e teremos:

6Q

$RP = \frac{334}{6 \times 4} - 30 = 12,67 = 13$

6x4

Conclui-se que precisamos de 13 (treze) viaturas de radiopatrulhas para o Policiamento Ostensivo de Santa Maria.

#### BIBLIOGRAFIA

1. DUTRA, José Ângelo Lucas. Planejamento do Policiamento Ostensivo; Apostilas publicadas pela Brigada Militar.
2. KENNEY, John P. Planeacion y Direction Administrativa de la Policia.
3. MANUAL BÁSICO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO; APM, março 82.
4. WILSON, O. W. Planeacion de la Policia.
5. WILSON, O.W. Administracion de la Policia.

Este trabalho foi apresentado como trabalho de conclusão no CAO/82, ainda não está aprovado pela Brigada Militar.

## O DISCURSO DE SOLZHENITSYN EM HARVARD

Em 1978, Alexander Solzhenitsyn pronunciou um discurso aos estudantes da Universidade de Harvard, Estados Unidos, por ocasião das cerimônias de graduação. O libelo do escritor russo contra as fraquezas e vulnerabilidade do Ocidente teve grande repercussão na imprensa de todo mundo. A atualidade dos conceitos, ainda hoje, fez com que resolvêssemos publicá-lo aos nossos leitores.

Estou sinceramente feliz por estar aqui hoje com os senhores e por travar conhecimento com esta venerada e prestigiosa universidade. Meus cumprimentos e meus melhores votos aos formandos de hoje.

O lema de Harvard é Veritas. Muitos de vocês já descobriram, e muitos ainda irão descobrir no decurso de suas vidas que a verdade nos engana se não concentramos toda a nossa atenção em sua busca. E, mesmo quando ela nos engana, a ilusão de que a conhecemos ainda persiste e nos leva a vários mal-entendidos. E mais: a verdade raramente é agradável, ela é quase invariavelmente amarga. Há um pouco de amargura em meu discurso de hoje, também. Mas eu gostaria de realçar que ela é provocada não por um adversário, mas por um amigo.

Três anos atrás, nos Estados Unidos, eu disse certas coisas que pareceram então inaceitáveis. Hoje, contudo, muita gente concorda com que eu disse.

A divisão do mundo de hoje é imperceptível, mesmo com uma rápida olhadela. Qualquer um dos nossos continentes prontamente identifica duas potências mundiais, cada uma capaz de destruir inteiramente a outra. Contudo, o entendimento desta divisão quase sempre se limita a esse conceito político, e com a ilusão de que o perigo pode ser abolido, através de negociações diplomáticas bem sucedidas ou através de um equilíbrio de forças. A verdade é que a divisão é muito mais profunda e alienante, que as fendas são mais numerosas do que parecem à primeira vista. Estas fendas provocam o perigo de vários desastres para todos nós de acordo com a antiga verdade segundo a qual um reino – no caso a Terra – dividido, não pode ficar de pé.

Há o conceito do Terceiro Mundo: de modo que já temos três mundos.

Na verdade, contudo, o número é ainda maior. Nós estamos muito distanciados para perceber. Qualquer cultura autônoma e profundamente arraigada, especialmente se ela se espalhou por uma grande parte da Terra, constitui um mundo autônomo, cheio de enigmas e surpresas para o padrão ocidental. No mínimo, devemos incluir nesta categoria a China, a Índia, o mundo muçulmano e a África, se aceitamos a generalização de encarar os dois últimos como unidades compactas. Durante mil anos a Rússia pertenceu a esta categoria, embora o pensamento ocidental tivesse sistematicamente cometido o engano de negar o seu caráter autônomo, e portanto nunca a entendendo, da mesma forma que hoje o Ocidente não entende a Rússia cativa do comunismo. Pode ser que nos últimos anos o Japão tenha se tornado cada vez mais uma parte distante do Ocidente; mas eu não estou aqui para julgar. Mas no que diz respeito a Israel, por exemplo, me apreço que ele está à parte do mundo ocidental, pois seu sistema estatal é fundamentalmente ligado à religião.

E não faz muito tempo, relativamente, o pequeno e novo mundo europeu estava facilmente fazendo colônias em toda parte, e não apenas prevenindo toda e qualquer resistência real, mas também desprezando todos e quaisquer valores dos povos conquistados em relação à vida. Como tal, as conquistas foram um imenso sucesso, não houve nenhuma fronteira geográfica capaz de impedi-las. A sociedade ocidental se expandiu como um triunfo da independência e do poder humanos. E, de repente, no século XX, sobreveio a descoberta de sua fragilidade e de sua iniquidade. Nós agora vemos que as conquistas demonstraram ser efêmeras e precárias, e isto aponta para erros na visão ocidental do mundo, que levaram a estas conquistas. As relações com o antigo mundo colonial agora chegaram ao seu oposto, e o mundo ocidental freqüentemente vai aos extremos da obsequiosidade; mas é difícil ainda estimar o total da conta que os antigos países colonizadores apresentarão ao Ocidente.

É ainda difícil prever não apenas se a queda de suas últimas colônias, mas também de tudo o que ele possui, será suficiente para o Ocidente pagar a conta.

Mas a cegueira da superioridade continua, a despeito de tudo, e mantém de pé a crença de que vastas regiões do nosso planeta devem desenvolver-se e amadurecer até o nível dos atuais sistemas ocidentais, que em teoria são os melhores e na prática são os mais atraentes. Há esta crença de que todos estes outros mundos estão apenas temporariamente impedidos de seguirem a via ocidental das democracias pluralistas ou de adotarem o modo de vida ocidental por governos perniciosos, ou por crises agudas, ou por sua própria crueldade ou incompreensão. Os países são medidos pelos méritos de seu progresso nesta direção. Contudo, este é um conceito que se desenvolveu a partir a incompreensão ocidental de entender a essência de outros mundos e do engano de medi-los com um metro ocidental. A verdadeira face do desenvolvimento de nosso planeta é muito diferente.

A angústia em relação ao nosso mundo dividido deu origem à teoria da convergência entre os países ocidentais mais importantes e a União Soviética. Esta é uma teoria apaziguadora que despreza o fato de que estes mundos absolutamente não estão se desenvolvendo em semelhança; nenhum pode ser transformado no outro sem o uso da violência. Além disso, a convergência inevitavelmente significa a aceitação dos defeitos do outro, e isto não é certamente desejável.

Se eu hoje estivesse falando para uma platéia do meu país, examinando o padrão geral das rupturas do mundo, eu me concentraria nas calamidades do Leste. Mas desde que o meu exílio forçado no Ocidente já dura quatro anos, e desde que a minha platéia é ocidental, acho que seria de maior interesse eu concentrar-me em certos aspectos do Ocidente atualmente, tais como eu os vejo.

Um declínio na coragem... pode ser o traço mais marcante que um observador de fora percebe no Ocidente hoje em dia. O mundo ocidental perdeu a sua coragem cívica, tanto em conjunto quanto separadamente, em cada país, em cada governo, em cada partido político e, evidentemente, nas Nações Unidas. Este declínio da coragem é particularmente visível entre os grupos dirigentes e a elite intelectual, provocando uma impressão de perda de coragem pela sociedade inteira. Naturalmente que há muitos indivíduos corajosos, mas eles não têm nenhuma influência determinante na vida pública. Burocratas políticos e intelectuais mostram depressão, passividade e perplexidade em suas ações e em suas declarações e principalmente em suas reflexões teóricas para explicar o quão é afiançável, realisticamente, racionalmente, e até intelectualmente e moralmente basear a política nacional na fraqueza e na covardia. E o declínio da coragem é principalmente realçado por ocasionais explorações de raiva e inflexibilidade da parte destes mesmos burocratas quando eles negociam com governos fracos ou países fracos, sem apoio de ninguém, ou concorrentes que não podem oferecer nenhuma resistência. Mas eles ficam calados e paralisados quando tratam com os países poderosos e ameaçadores, ou com agressores ou terroristas internacionais.

É preciso enfatizar que desde os tempos remotos o declínio da coragem tem sido considerado como o começo do fim.

Quando os modernos Estados ocidentais foram criados, os seguintes princípios foram proclamados: os governos existem para servir ao homem, e o homem vive para ser livre e atingir a felicidade (veja-se, por exemplo, a Declaração de Independência norte-americana).

Agora, pelo menos nas últimas décadas, o progresso técnico e social permitiu a efetivação destas aspirações: o Estado do bem-estar social. Cada cidadão tem recebido a desejada liberdade e os bens materiais, em quantidade e em qualidade, capazes de lhe permitir, em teoria, a realização da felicidade, no sentido moral inferior que se tornou comum nestas mesmas décadas. No processo, contudo, um detalhe psicológico foi deixado de lado: o constante desejo de uma vida ainda melhor e de mais bens, e a luta para obtê-los, marcam muitos rostos ocidentais como a preocupação e a depressão, embora seja costume esconder estes sentimentos. A competição ativa e tensa penetra todos os pensamentos humanos sem abrir uma saída para o desenvolvimento espiritual livre. A independência individual de muitos tipos de pressão estatal tem sido garantida; a maioria dos povos atingiu um nível de bem-estar que os seus antepassados não podiam sequer sonhar ser possível atingir; tem sido possível criar os jovens segundo estes ideais, conduzindo-os ao esplendor físico, à felicidade, à posse de bens materiais, de dinheiro e de lazer, e até quase uma liberdade limitada de prazer. Portanto, por que se deve arriscar tudo isto, por que e a título, se deve arriscar a nossa preciosa vida em defesa dos valores comuns, particularmente nestes casos nebulosos em que a segurança de uma nação deve ser definida num país distante?

Até a biologia sabe que uma segurança extrema habitual e um bem-estar freqüente não são vantajosos para os organismos vivos.

Atualmente, o bem-estar já começou a revelar a sua máscara perniciosa na vida da sociedade ocidental.

A sociedade ocidental que deu a organização mais adequada para seus anseios, baseada, eu diria, na letra da lei. Os limites dos direitos humanos e do que é legítimo são determinados por um sistema de leis; tais limites são muito amplos. Os povos do Ocidente adquiriram uma considerável habilidade no uso, na interpretação e na manipulação da lei, muito embora as leis tendam a ser muito complicadas e de difícil entendimento para uma pessoa mediana sem o auxílio de um perito. Todo conflito é resolvido de acordo com a letra da lei, e esta é considerada como a suprema solução. Se alguém está certo do ponto de vista legal, não se exige mais nada, e ninguém pode mencionar que aquela pessoa não estaria inteiramente certa, e solicitar uma autolimitação, ou uma predisposição à renúncia destes direitos legais; isto soaria simplesmente absurdo.

Ninguém se autolimita voluntariamente. Todo mundo opera no extremo limite desta moldura legal. Uma empresa petrolífera age legalmente quando compra uma invenção de um novo tipo de energia, com a finalidade de impedir o seu uso. Um produtor de alimentos age legalmente quando envenena seu produtos para fazê-lo durar mais: afinal, o povo é livre para não o comprar.

Passei toda a minha vida sob um regime comunista, e eu lhes direi que uma sociedade sem nenhuma escala legal é uma sociedade realmente terrível. Mas uma sociedade sem outra escala que a legal também não é muito digna do homem. Uma sociedade que é baseada na letra da lei, e que nunca vai acima, se aproveita muito pouco das possibilidades humanas. A letra da lei é muito fria e muito formal para ter uma influência benéfica sobre a sociedade. Sempre que o tecido da vida é costurado com relações legalísticas há uma atmosfera de mediocridade moral paralisando os mais nobres impulsos do homem.

E será simplesmente impossível enfrentar os julgamentos deste século ameaçado apenas com o suporte de uma estrutura legalística.

Na atual sociedade ocidental, a desigualdade é revelada pela liberdade de fazer boas ações e pela liberdade de fazer más ações. Um homem público que queira desenvolver alguma coisa importante e altamente construtiva para o seu país

tem que se mover cautelosamente e até timidamente; existem milhares de críticos apressados e irresponsáveis em seu caminho, o Parlamento e a imprensa ficam rejeitando-o. Enquanto ele avança, é preciso que prove que cada passo que dá é absolutamente seguro e impecável. Na verdade, uma pessoa eminente e especialmente bem dotada, que tenha iniciativas incomuns e inesperadas, raramente consegue uma oportunidade de se impor; desde o início dezenas de armadilhas serão espalhadas à sua frente. Desta maneira, a mediocridade triunfa com a desculpa das restrições impostas pela democracia.

É factível e fácil, em toda parte, minar o poder administrativo, e de fato ele tem sido drasticamente enfraquecido em todos os países ocidentais. A defesa dos direitos individuais chegou a tais extremos que torna a sociedade como um todo indefensável contra certos indivíduos. Já é hora no Ocidente de defender não tanto os direitos humanos, mas as obrigações humanas.

Uma liberdade destrutiva e irresponsável atingiu um espaço sem limites. A sociedade parece ter pouca defesa contra o abismo da decadência humana, tal como, por exemplo, o mau uso da liberdade para a violência moral contra os jovens, em filmes cheios de crimes, pornografia e horror. Isto é considerado como parte da liberdade, e teoricamente contrabalançado pelo direito dos jovens de não ver ou não aceitar.

A vida organizada legalisticamente demonstrou, portanto, sua inabilidade de defender-se contra a corrosão do malfazejo.

E o que podemos dizer sobre o sombrio da criminalidade? Molduras legais (especialmente nos Estados Unidos) são suficientemente amplas para encorajar não apenas a liberdade individual, mas também certos crimes individuais. O ofensor pode continuar em punição ou obter imerecida indulgência com o apoio de milhares de defensores públicos. Quando um governo inicia uma enérgica luta contra o terrorismo, a opinião pública imediatamente o acusa de violar os direitos civis dos terroristas. Existem vários casos deste tipo.

Esta inclinação da liberdade em direção ao malfazejo tem ocorrido gradualmente, mas evidentemente nasceu, originalmente, de um conceito humanístico e benevolente, segundo o qual não há maldade inerente à natureza humana; o mundo pertence à humanidade, e todos os defeitos da vida são provocados por sistemas sociais errados, que necessitam ser corrigidos. Por mais estranho que possa parecer, e embora as melhores condições sociais tenham se desenvolvido no Ocidente, aqui existe ainda criminalidade, e numa proporção muito maior que na sociedade soviética paupérrima e sem lei. (Existe uma enorme quantidade de prisioneiros em nossos campos forçados e que são etiquetados como criminosos, mas cuja grande maioria nunca cometeu um crime; eles simplesmente tentaram defender-se contra um Estado sem leis).

A imprensa também, naturalmente, goza da mais irrestrita liberdade (Eu usarei o termo imprensa para concluir todas as mídias), mas que tipo de utilização ela faz dessa liberdade?

Ainda aqui a principal preocupação é não infringir a letra da lei. Não há nenhuma responsabilidade moral pela deformação ou pela falta de proporção. Que tipo de responsabilidade tem o jornalista com relação aos seus leitores, à história?

Se ele ilude a opinião pública ou o governo através de informações incorretas ou através de conclusões erradas, é de nosso conhecimento qualquer caso de reconhecimento público, ou de retificação deste erro, por este mesmo jornalista ou pelo mesmo jornal? Não, isso não acontece, porque afetaria as vendas. Uma nação pode ser vítima deste erro, mas o jornalista sempre sai ileso. Pode-se até supor que ele vai insistir, e com maior confiança.

Porque é preciso fornecer informação instantânea e idônea, é necessário voltar às suposições, humores e boatos a fim de preencher os vazios, e como nada disso vai ser retificado, tudo permanecerá na memória do leitor. E quantas informações apressadas, superficiais e enganosas são fornecidas diariamente confundindo os leitores, e sem nenhuma apuração. A imprensa pode, ao mesmo tempo, enganar e deseducar a opinião pública. Desta maneira, podemos ver terroristas transformados em heróis; ou informações confidenciais referentes à defesa de um país, serem publicamente reveladas; ou podemos assistir à invasão, sem nenhuma vergonha, da privacidade de personalidades conhecidas, tudo feito sob a égide do lema “todo o mundo tem o direito de saber tudo”. Mas este é um lema falso, característico de uma era falsa: o povo também tem o direito de não saber, e este é um direito mais valioso. O direito de não ter a sua alma divina entupida de mexericos e absurdos, e conversas vãs. Uma pessoa que leva uma vida frutífera, e que trabalha, não necessita deste tipo de informação.

A precipitação e a superficialidade são doenças psíquicas do século XX e mais do que em qualquer outra parte esta doença se reflete na imprensa. A análise em profundidade de um assunto é um anátema para a imprensa.

Ela pára o nível das fórmulas sensacionalistas.

Apesar disto, contudo, a imprensa se transformou no maior poder dentro dos países ocidentais; ela é mais poderosa que o legislativo, o executivo e o judiciário. Pode-se, portanto, perguntar: sob qual lei ela foi eleita, perante quem ela é responsável? No Leste comunista, um jornalista é funcionário do Estado. Mas quem deu aos jornalistas ocidentais o seu poder, e por quanto tempo, e com quais prerrogativas? Há ainda uma outra surpresa para quem venha do Leste, onde a imprensa é rigorosamente unificada: descobre-se gradualmente um padrão comum de preferências dentro da imprensa ocidental como um todo. É como uma moda: há padrões de julgamento geralmente aceitos e pode haver interesses

econômicos comuns, e cujo resultado final não é a competição, mas a unificação. Uma liberdade enorme fornecida à imprensa, mas não à informação, pois os jornais normalmente dão maior ênfase às opiniões que não se chocam abertamente com o seu padrão.

Sem censura, no Ocidente as tendências de opinião mais em moda são cuidadosamente separadas das que não estão em moda; nada é proibido, mas o que não está em voga dificilmente conseguirá espaço em jornais ou livros, ou será ouvido nas universidades, legalmente os pesquisadores são livres, mas eles são condicionados pela moda do dia. Não há uma violência aberta, como no Leste: contudo, uma escolha ditada pela moda ou pela necessidade de responder aos padrões da massa freqüentemente evitam que pessoas mais independentes dêem a sua contribuição à vida pública. Há uma tendência perigosa de formarem-se rebanhos. Tenho recebido cartas de norte-americanos altamente inteligentes, talvez de um professor de uma cidadezinha longínqua que poderia fazer muito pela salvação deste país, mas sua voz não pode ser ouvida, pois a mídia não está interessada nele.

Isto provoca o aparecimento de preconceitos de massa muito fortes, a cegueira, o que é extremamente perigoso nesta era dinâmica. Há, por exemplo, uma interpretação enganosa do que é a situação mundial, que funciona como uma espécie de couraça petrificada em volta das mentes de todo o mundo. As vozes de 17 países da Europa oriental e da Ásia oriental não conseguem penetrá-la. A couraça só será rompida pelo pé-de-cabra dos acontecimentos.

Mencionei alguns poucos traços da vida Ocidental que surpreendem um forasteiro que acaba de chegar. O propósito e objetivo deste discurso não me permitem continuar nessa resenha, e perscrutar a influência destas características ocidentais sobre importantes aspectos da vida de uma nação, tais como a educação elementar ou a educação superior no campo das humanidade e das artes.

É quase universalmente reconhecido que o ocidente apresenta para todo o mundo a trilha do desenvolvimento econômico bem sucedido, muito embora nos últimos anos tenha havido problemas provocados pela inflação. Contudo, muitas pessoas que vivem no ocidente não estão satisfeitas com a sua própria sociedade. Elas a acusam de não estar à altura do nível de maturidade atingido pela humanidade. Um certo número destes críticos se vira para o socialismo, que “é uma corrente falsa e perigosa”.

Espero que ninguém presente pense que minhas críticas ao ocidente signifiquem que eu esteja apresentando o socialismo como uma alternativa. Tendo experimentado o socialismo aplicado em um país onde a alternativa foi realizada, eu certamente não o defenderei. O conhecido matemático soviético Shafarevich, membro da Academia Soviética de Ciências escreveu um livro brilhante com o estilo “Socialismo”; trata-se de uma profunda análise demonstrando que o socialismo de qualquer tipo ou coloração leva à total destruição do espírito humano.

O livro de Shafarevich foi publicado na França há quase dois anos e até agora ninguém foi capaz de refutá-lo. Dentro de pouco tempo ele será publicado em inglês, nos Estados Unidos.

Mas se alguém me perguntasse se eu indicaria o Ocidente, tal como ele é hoje, como modelo para o meu país, francamente eu teria que responder negativamente. Não, eu não poderia recomendar sua sociedade, em seu estágio atual, como a ideal para modelar a nossa. Através de um intenso sofrimento, o nosso país agora atingiu um desenvolvimento espiritual de tal intensidade que o sistema ocidental em seu estágio atual de exaustão espiritual, não parece atraente. Mesmo as características de sua vida, que eu acabei de mencionar, são extremamente tristes.

Um fato que não pode ser contraditado é o enfraquecimento dos seres humanos no Ocidente, enquanto no Leste eles estão ficando cada vez mais firmes e fortes. Seis décadas para o nosso povo e três décadas para o povo da Europa Oriental: neste prazo nós experimentamos um treinamento espiritual muito além da experiência ocidental. A complexidade da vida, e seu peso mortal produziram características mais fortes, mais profundas e mais interessantes que as geradas pelo bem-estar estandardizados do Ocidente. Portanto, se a nossa sociedade se transformasse na sua, isto significaria uma melhoria em certos aspectos, mas também uma mudança para pior em outros particulares significativos. É verdadeiro, contudo, que uma sociedade não pode viver no abismo da ausência de lei, como no caso do meu país. Mas também é aviltante eleger a placidez legalista mecânica como se fez aqui. Depois de sofrer décadas de violência e opressão, a alma humana anseia por coisas mais altas, mais dignificantes e mais puras do que estas oferecidas pelos hábitos de vida massificantes de hoje, provocados pela revoltante invasão da publicidade, pela letargia da TV e pela música intolerável.

Tudo isto é visível para os observadores de todos os mundos de nosso planeta. O estilo de vida ocidental será cada vez menos o modelo predominante.

Existem advertências claras que a história dá às sociedades ameaçadas ou moribundas. Tais como, por exemplo, a decadência da arte, ou a falta de grandes estadistas. Há outras advertências, também. O centro da democracia e da sua cultura foi deixado sem luz elétrica por algumas horas e, de repente, hordas de cidadãos norte-americanos começaram a saquear e a devastar. O verniz da superfície deve ser, então, muito fino, e o sistema social muito instável e insalubre.

Mas a luta pelo nosso planeta, a luta física e espiritual, uma luta de proporções cósmicas, não é um assunto vago do futuro; ela já começou. As forças do mal já começaram sua ofensiva decisiva, pode-se sentir a sua pressão; contudo, os seus vídeos e as suas publicações estão cheias de sorrisos e alegria.

A despeito da abundância de informação, ou talvez por causa dela, o Ocidente tem dificuldade como ela é. Houve ingênuas previsões de alguns especialistas norte-americanos segundo as quais Angola se transformaria no Vietnã da União Soviética, ou que as incursões cubanas na África poderiam ser melhor impedidas através da cortesia norte-americana em relação a Cuba. O conselho de Kenan ao seu país – começar unilateralmente o desarmamento – pertence a esta mesma categoria. Se vocês soubessem como os mais inexperientes dos diplomatas soviéticos riem dos gênios políticos norte-americanos! Quanto a Fidel Castro, ele abertamente despreza os Estados Unidos, ao mandar suas tropas a lugares distantes; saindo daqui ao lado. Contudo, o mais cruel engano ocorreu com a falta de entendimento sobre a guerra no Vietnã.

Alguns sinceramente queriam que todas as guerras terminassem o mais rápido possível. Outros acreditavam que havia lugar no Vietnã ou em Cambodge para a ação comunista, como hoje se vê com clareza. E os membros do movimento contra a guerra do Vietnã acabaram-se envolvendo numa traição às nações do Extremo Oriente, em um genocídio e no sofrimento atualmente imposto a 32 milhões de pessoas. Estes pacifistas convictos ouvem as lamúrias que vêm de lá? Eles entendem sua parcela de responsabilidade? Ou eles preferem não ouvir? A inteligência norte-americana perdeu sua lucidez e, como conseqüência, o perigo está hoje muito mais próximo dos Estados Unidos. Mas ninguém parece preocupado. Seus políticos míopes que assinaram apressadamente a capitulação do Vietnã certamente deram à América uma pausa: mas agora 100 Vietnãs a assombra. Aquele pequenino Vietnã foi uma advertência e uma oportunidade de mobilizar a coragem nacional. Mas se uma América poderosa foi na verdade derrotada por um pequeno país meio comunista, como pode o Ocidente enfrentar o futuro?

Já tive ocasião de dizer que no século XX a democracia ocidental não venceu nenhuma guerra maior sem ajuda e a proteção de um poderoso aliado continental cuja filosofia e ideologia ela não questionou. Na Segunda Guerra, contra Hitler, ao invés de vencer a guerra com as suas próprias forças, que certamente teriam sido suficientes, a democracia ocidental ajudou e cultivou um outro inimigo que demonstraria ser muito pior e muito mais poderoso, pois Hitler nunca teve tantas riquezas e tanta gente, nem ele ofereceria idéias tão atraentes, nem tinha tantos aliados no Ocidente – uma quinta coluna potencial – quanto à União Soviética. Hoje, algumas vozes ocidentais já falaram de obter proteção de uma terceira nação no próximo conflito mundial, se é que vai haver um; neste caso, o escudo seria a China.

Eu não queria que isto ocorresse, para nenhum país do mundo. Em primeiro lugar, é uma sinistra aliança com o Mal; na verdade, isto aliviaria os Estados Unidos durante algum tempo, mas quando, no futuro, a China com seu bilhão de habitantes se voltasse, armada com armas norte-americanas, os Estados Unidos se tornaria vítima de um genocídio similar ao que foi perpetrado no Cambodge nestes dias.

E nenhuma arma, por mais poderosa que seja, pode ajudar o Ocidente; até que ele vença a sua perda de vontade. Num estado de fraqueza psicológica, as armas se transformam num peso para o lado que capitula. Para se defender, é preciso estar pronto para morrer; e há quase nenhuma desta vontade numa sociedade emanada do culto do bem-estar social. Nada, portanto, sobra, a não ser concessões, tentativas de ganhar tempo, e traição. Foi assim que na triste conferência de Belgrado, em sua fraqueza, diplomatas ocidentais livres se renderam, enquanto membros escravizados do Grupo de Helsinque estão sacrificando suas vidas.

O pensamento ocidental se tornou conservador; a situação mundial deve continuar como está, a qualquer custo; não deve haver mudanças. Este sonho debilitante de status quo é o sintoma de uma sociedade que já chegou ao fim do seu desenvolvimento. Mas não é preciso ser cego para não ver que os oceanos não pertencem mais ao Ocidente, e que a terra sob o seu domínio está encolhendo. As duas assim chamadas guerras mundiais (na verdade elas nem chegaram perto de uma escala mundial) significaram a destruição interna do pequeno Ocidente progressista, o que preparou o seu fim. A próxima guerra (que não necessita ser uma guerra atômica, nem acredito que o será) talvez enterre para sempre a civilização ocidental. Enfrentando tal perigo, com tantos valores históricos em seu passado, e num tal nível de realização da liberdade (e de devoção à liberdade), como se pode perder quase todo o desejo de se defender?

Como surgiu esta desfavorável relação de força? Como o Ocidente evoluiu de sua marcha triunfal para a fraqueza de hoje?

Houve desvios ou perdas de rumo em seu desenvolvimento? Parece que não. O Ocidente se manteve avançando socialmente de acordo com as suas proclamadas intenções, com a ajuda de um brilhante progresso tecnológico. E, de repente, ele se viu no atual estado de fraqueza. Isto significa que o erro deve estar nas raízes, na própria base do pensamento humano destes últimos séculos. Refiro-me à visão ocidental do mundo que emergiu primeiro durante o Renascimento, e que se expressou politicamente no período do Iluminismo. Ela se tornou a base para o governo e ciência social, e poderia ser definida como humanismo ou autonomia humanística: a proclamada e imposta autonomia do homem em relação a forças mais altas. Ela também pode ser denominada antropocentrismo, com o homem visto como o centro de tudo o que existe.

A mudança introduzida pelo Renascimento evidentemente era inevitável historicamente. A Idade Média chegou ao fim natural pela exaustão, tornando-se uma repressão intolerável e despótica da natureza humana em favor do espírito. Depois, contudo, nós viramos as costas para o Espírito, e abraçamos tudo que é material com um zelo excessivo e sem discussão. Esta nova forma de pensar, que nos impôs sua orientação, não admite a existência do mal intrínseco no homem, nem vê tarefa mais elevada do que atingir a felicidade terrestre. E baseou a moderna civilização ocidental no perigoso padrão da adoração do homem e de suas necessidades materiais. Tudo mais além do bem-estar social e da acumulação de bens materiais, todas as outras necessidades ou características humanas, foram deixadas de lado da área de atenção do Estado ou dos sistemas sociais, como se a vida humana não tivesse um sentido superior.

Isto deu acesso ao mal, do qual existe em nossos dias um fluxo livre e constante. A mera liberdade não resolve os problemas da vida humana, e até mesmo acrescenta alguns poucos.

Contudo, nas democracias mais antigas, como na democracia americana em seu nascimento, todos os direitos individuais humanos derivam do fato de o homem ser uma criatura de Deus. Isto é, a liberdade era dada ao indivíduo condicionalmente, na suposição de sua constante responsabilidade religiosa. Esta foi a herança dos primeiros mil anos. Há 200 anos, ou mesmo 50 anos, teria sido impossível, na América que um indivíduo tivesse liberdade sem limites, simplesmente para a satisfação de seus instintos ou fantasias. Subseqüentemente, contudo, todas estas limitações foram desconsideradas em qualquer lugar do Ocidente; uma liberação total ocorreu, a partir da herança de séculos cristãos, com suas grandes reservas de piedade e sacrifício. Os sistemas estatais foram ficando cada vez mais e totalmente materialistas. O Ocidente acabou por impor os direitos humanos, às vezes até excessivamente, mas o senso de responsabilidade em relação a Deus e à sociedade foi ficando cada vez mais fraco. Nas últimas décadas, a característica legalística e egoísta da visão e do pensamento ocidental chegou à sua dimensão final, e o mundo atingiu uma séria crise espiritual e um difícil impasse político. Todo o glorificado progresso tecnológico, incluindo a conquista do Espaço, não redime o século 20 de sua pobreza moral, que ninguém seria capaz de imaginar a 50 anos.

E enquanto o humanismo, em seu desenvolvimento, se tornou cada vez mais materialista, ele foi ficando mais e mais acessível à especulação e à manipulação, primeiro pelo socialismo, e depois pelo comunismo. E tanto que Karl Marx foi capaz de dizer, em 1844, que "o comunismo é o humanismo naturalizado".

Esta afirmação demonstrou ser não totalmente desprovida de sentido. Pode-se ver as mesmas pedras na base do humanismo desespiritualizado que em qualquer tipo de socialismo: materialismo sem fim; liberdade sem religião ou responsabilidade religiosa, o que nos países sob regime comunista atinge o estágio de uma ditadura anti-religiosa; concentração das estruturas sociais, com um mesmo tipo de approach científico. (Isto é típico do Iluminismo do século 18 e do marxismo). Não é sem coincidência que todos os juramentos e as finanças comunistas são sobre o Homem com H maiúsculo, e sua felicidade terrestre, à primeira vista isto parece um bizarro paralelo: traços comuns no pensamento e no modo de vida do Ocidente e do Leste, hoje? Mas é este o desenvolvimento lógico e materialista.

As inter-relações são tais, que a corrente do materialismo que fica mais à esquerda sempre acaba sendo a mais forte, a mais atraente e vitoriosa, porque é mais consistente. O humanismo sem a herança cristã não pode resistir a esta competição. Podemos ver este processo nos últimos séculos, e especialmente nas últimas décadas, em escala mundial, tornando a situação cada vez mais dramática. O liberalismo foi inevitavelmente deslocado pelo radicalismo; o radicalismo teve de se render ao socialismo; e o socialismo nunca pôde se opor ao comunismo. O regime comunista do Leste pôde resistir e crescer devido ao entusiástico apoio de numerosos intelectuais que se recusaram a ver os crimes do comunismo. E quando não podiam mais ignorá-los, passaram a justificá-los. Em nossos países do Leste o comunismo sofreu uma completa derrota ideológica; não mais do que zero. Mas os intelectuais ocidentais ainda o olham com interesse e com empatia, e é isto precisamente o que torna muito difícil para o Ocidente opor-se ao Leste.

Não estou examinando aqui o caso de uma guerra mundial e as modificações que ela produziria na sociedade. Enquanto acordamos todas as manhãs debaixo de um sol pacífico, devemos levar uma vida normal. Mas há uma catástrofe, contudo, que já vem de algum tempo. Refiro-me à calamidade de uma consciência humana desespiritualizada e sem religião.

Para esta consciência, o homem é a pedra-de-toque no julgar e avaliar tudo na terra. O homem imperfeito, que nunca está livre do orgulho, do egoísmo, da inveja, da vaidade, e de dúzias de outros defeitos. Nós não estamos experimentando as conseqüências de erros que não tenham sido percebidos no início da jornada. Desde os dias do Renascimento, até hoje, enriquecemos a nossa experiência, mas perdemos de vista o conceito de uma Entidade Suprema que costumava reprimir nossas paixões e nossa irresponsabilidade. Colocamos esperanças demais nas reformas políticas e sociais, apenas para descobrir que estávamos sendo despojados de nosso maior dom: nossa vida espiritual. No Leste isto foi destruído pelas maquinações do partido do poder. No Ocidente o interesse comercial tende a sufocá-la. Esta é a verdadeira crise. A ruptura do mundo é menos terrível que a doença que ataca suas partes.

Se o humanismo tinha razão ao declarar que o homem nasceu para ser livre, ele não teria nascido para morrer. Mas desde que seu corpo está destinado a morrer, sua tarefa na terra evidentemente tem que ter uma natureza mais espiritual. Que não pode ser a fruição irrestrita. Que não pode ser à busca dos melhores meios de obter bens materiais e o seu gozo total. Deve ser a realização do dever permanente e inarredável segundo o qual cada dia da vida de cada um seja uma experiência de crescimento moral, de modo que possa deixar a vida melhor do que quando começamos. É imperativo rever-se à tábua dos valores humanos.

Sua inadequação hoje é aberrante. Não é possível que a avaliação de um presidente seja reduzida à pergunta sobre quanto se ganha ou sobre a disponibilidade da gasolina. Apenas a autolimitação voluntária pode elevar o homem acima da corrente mundial do materialismo.

Seria um retrocesso ater-se hoje às mumificadas fórmulas do Iluminismo. O dogmatismo social os deixa completamente indefesos diante dos julgamentos de nosso tempo.

Mesmo que sejamos poupados pela destruição da guerra, nossas vidas terão que mudar se quisermos salvar a vida da autodestruição. Não podemos evitar a revisão das definições fundamentais da vida humana. É verdadeiro que o homem está acima de tudo? Não há nenhum Espírito Superior acima dele? É correto que a vida do homem e as atividades da

sociedade tenham que ser determinadas pela expansão material em primeiro lugar? É permissível promover esta expansão em detrimento de nossa integridade espiritual?

Se o mundo não chegou ao seu fim, ele já atingiu um ponto de decisão na história, tão importante quanto a passagem da Idade Média para o Renascimento. Ponto de decisão que vai cobrar de nós uma revolta espiritual, que vai exigir de nós uma nova visão, um novo nível de vida em que nossa natureza física não seja amaldiçoada como na Idade Média, e principalmente em que nosso ser espiritual não seja pisoteado como na Idade Moderna.

Esta ascensão será semelhante à subida ao novo estágio antropológico. Ninguém na terra tem outra saída que não para cima.

(Publicado em "A Defesa Nacional", nº 683).

## POLICIAMENTO RODOVIÁRIO

Luiz Antônio Brenner Guimarães - 1º Ten PM

O policiamento ostensivo nas rodovias estaduais do Estado passou para a responsabilidade da Brigada Militar, em 04 de maio de 1967, com a vigência do Decreto Estadual Nº 18.508, atendendo às disposições do Decreto Nº 317, de 13 de março de 1967, o qual conferia a competência exclusiva do mesmo às Polícias Militares.

Em 13 de dezembro de 1968, foi instalada no Estado do Rio Grande do Sul a Companhia de Policiamento Rodoviário, Unidade da Corporação, criada pelo Decreto Estadual Nº 18.737, de 16 de novembro de 1967.

Tendo em vista que o aumento considerável da malha viária do Estado e do fluxo de veículos nas rodovias principais exigia maiores recursos humanos para esta atividade, foi criada na nossa Polícia Militar o Batalhão de Polícia Rodoviária, pelo Decreto Nº 7.556, de 20 de novembro de 1981.

O atual Batalhão tem a missão principal de exercer o policiamento de trânsito nas rodovias estaduais e naquelas Federais, cuja conservação está delegada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, zelando pela segurança e livre circulação dos veículos.

Os principais serviços realizados pelo policiamento rodoviário são: coberturas e serviços realizados nas rodovias, fiscalizações de trânsito, patrulhamento, cobertura à apreensão de animais, batedor de carga indivisível, escolta de dignitários, cobertura à pesagem de veículos e cobertura a eventos realizados na rodovia.

Existem fatores que deverão ser ressaltados na execução do policiamento rodoviário, os quais deverão ter uma atenção especial dos responsáveis pelo planejamento e execução, que são: a especialização do homem e a extensão do subsetor a ser patrulhado.

Como a responsabilidade territorial é as rodovias e o policial trata, basicamente, com as normas relativas ao trânsito, é necessário que o mesmo tenha uma instrução mais intensa dessas normas, sem, contudo, desprezar as demais atividades da Corporação.

A extensão do subsetor seria outro dado a considerar uma vez que, devido ao grande número de rodovias estaduais, cada Fração da Unidade é responsável por aproximadamente novecentos quilômetros de estradas. Os recursos materiais e humanos são pequenos em relação à extensão do subsetor. Torna-se necessário um controle estatístico intenso e permanente, no sentido de que possamos estabelecer os trechos e horários prioritários e que deverão, efetivamente, receber o policiamento ostensivo.

É importante criar naqueles que utilizam as estradas por nós fiscalizadas, sensação do policiamento constante, sem poder ser permanente. É evidente que no horário o qual se está empregando os recursos materiais e humanos em um trecho, os demais, pertencentes à Fração, estão sem a nossa presença. As atuações sistemáticas a criminosas, evitando estabelecer horários-padrões e locais permanentes, criam no condutor a atenção para a possibilidade, sempre iminente, de encontrar a guarnição de serviço. O motorista deve ter a consciência de que na estrada é constante a presença do agente fiscalizador, o qual atua em locais e horários incertos.

Para atingir essa consciência no motorista é necessária a intensificação das fiscalizações do trânsito, no maior número de locais e nos horários mais diversos.

A extensão do subsetor exige que o policiamento rodoviário seja dinâmico, caracterizado por deslocamentos constantes e fiscalizações relâmpagos, evitando-se deslocamentos muito extensos e fiscalizações prolongadas.

## ESTADOS UNIDOS COMPRANDO MOTOS AMAZONAS

A Polícia Rodoviária da Califórnia encomendou 350 motos a uma empresa de São Paulo: a AME (Amazonas Motocicletas Especiais). Só dos Estados Unidos a AME tem pedidos de duas mil motocicletas Amazonas e, ainda neste ano, exportará este modelo de moto para exércitos e polícias da Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Espanha, Suíça e países do Oriente Médio.

A Amazonas é uma motocicleta de 1600 cc/56HP de potência e utiliza motor a câmbio Volkswagen, o que facilita sua manutenção em qualquer país do mundo. Seu custo é de, aproximadamente, 8 a 9 mil dólares (mais barata, portanto, que as motos Harley-Davidson que têm o preço de 12.500 dólares).

No ano passado, foram vendidas 50 unidades no Brasil.

## DIAS ATRÁS

Na noite de 22 de setembro de 1977, o então secretário da Segurança Pública de São Paulo, coronel Antonio Erasmo Dias, determinou que tropas PM e policiais do DOPS invadissem o campus da PUC-SP. Houve portas, janelas e gavetas arrombadas, móveis e livros destruídos e estudantes feridos.

Em 16 de maio de 1983, o Tribunal de Alçada Civil condenou o estado de São Paulo a pagar à PUC-SP a indenização de 420 mil cruzeiros, quantia esta que, acrescida de juros a correção monetária, custas e honorários de advogados, deverá atingir a casa dos 3 milhões de cruzeiros. "A Justiça reconheceu que a Polícia agiu com uma violência desnecessária", afirmou o advogado da PUC.

Segundo o artigo 107 da Constituição Federal, a responsabilidade é do Estado pelos danos causados por seus funcionários, prevendo ainda o cabimento de ação regressiva contra o funcionário nos casos de culpa ou dolo. Diante desta possibilidade, o ex-secretário defendeu-se, alegando o estrito cumprimento do dever: apenas cumpria ordens.